



**REVISTA DOS ALUNOS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOSOFIA DA PUC-RIO**

ISSN 2526-7698

ANALÓGOS

**PUC
RIO**

2024, n. 1 Especial

ANALÓGOS

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

PROGRAMAS DE APOIO A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Departamento
de **Filosofia**
— PUC-Rio



ANALÓGOS

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

VOLUME XXIII

N. 01 Especial / 2024

ISSN 2526-7698

EDITORAS

Cecília Samel Côrtes Fernandes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Izabella Tavares Simões Estelita (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

IDENTIDADE VISUAL

Logomarca: Luise Krahl Krause

Capa: Mauricio Einhorn Filho

AnaLógos, Rio de Janeiro, v. XXIII, n. 01 Especial, 2024

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PROGRAMAÇÃO	10
RESUMOS	17
MESA 01: FILOSOFIA POLÍTICA E ABORDAGENS DESCOLONIAIS	
Origens e desdobramentos do antagonismo entre verdade e política segundo Hannah Arendt	18
Luiza de Aguiar Neiva	
A escola como âmbito pré-político: ensino de Filosofia e esfera pública hoje	20
Matheus Baliú de Carli	
Feminismos apesar de tudo	22
Lucia Dias Costa Barros	
Território como condição existencial dentro das religiões de matrizes africanas no Brasil	24
Thaíssa Alves Gonçalves Silva	
MESA 02: FILOSOFIA DA TECNOLOGIA	
Solucionismo, humanismo e aristocracia tecnológicos: uma crítica a discursos tecnófilos diante da catástrofe ambiental	26
Marcelo Capello Martins	
Considerações ético-filosóficas no cenário hiperdigital das “não-coisas”: uma análise segundo Byung-Chul Han	28
Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães	
MESA 03: FILOSOFIA AMBIENTAL	
Ficções em Gaia: uma investigação sobre os seres da ficção nas ciências de Gaia	30
João Victor de Almeida Consoli	
Latour e Stengers: o espaço entre duas cosmopolíticas	32
Tobias Marconde de Carvalho Gomes	
Sob pontos de vida: como a arte pode engendrar resistência ecológica?	34
Luiza Proença	

A “natureza” representada e outras visões tecnomediadas em Donna Haraway	36
Tiago Andrade da Silva	
MESA 04: NIETZSCHE	
O jogo metafórico da verdade em “O nascimento da tragédia” de Friedrich Nietzsche	38
Felipe Amancio	
Tessituras de varal: os estilos de Nietzsche e Clarice Lispector	40
Quésia Oliveira Olanda	
Da verdade como metáfora à verdade metafórica: linguagem e realidade em Nietzsche e Paul Ricoeur	42
Leonardo Magalde Ferreira	
O que é cultura: uma investigação sobre <i>Bildund</i> e <i>Kultur</i> nos primeiros escritos de Nietzsche	44
Rayssa das Graças Magalhães Fonseca	
Além de Nietzsche: a crítica do <i>amor fati</i> na obra de Léon Chestov	46
Antônio Pedrosa Castellar Pinto	
MESA 05: DIÁLOGOS MODERNO-CONTEMPORÂNEOS	
A “pré-história” e a ciência da ideologia: do jovem Marx a Žižek com Althusser	48
Davi Dias Ribeiro Arantes	
Hume e a ciência dos modernos: a defesa da ciência moderna contra uma investida contemporânea	50
Daniel Nascimento de Almeida	
Ética corporificada: a leitura butleriana do amor no jovem Hegel	52
Michele Teixeira Bonote	
Capital e trabalho na economia do prazer de Kant	54
Nicolau Henrique Pereira da Silva Batista	
MESA 06: FILOSOFIA MODERNA	
Teatro das Paixões: a crítica de Elisabeth da Boêmia à moral cartesiana	56
Mary Emily Mattoso Silva Suzano	

A virtude da humildade intelectual nos <i>Ensaio</i>s de Montaigne	58
Anna Carolina Velozo Nader Temporão	
Montaigne e a inauguração de um novo método de escrita para a Filosofia e para a Literatura: o Ensaio	60
Olívia Scarpari Bressan	
Leibniz leitor de Locke: o problema da identidade pessoal no <i>Novos Ensaio</i>s	62
Francisco Gabriel da Alexandria Pires	
MESA 07: LÓGICA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM	
O que são desacordos profundos?	64
Paloma de Sousa Xavier	
Definições filosóficas: das definições reais às listas de multicritérios	66
Elan Moises Marinho da Silva	
Três variedades de fecho causal do mundo físico e seus problemas	68
Renan Vieira de Sá Jardim	
O senhor da casa-grande e o escravo da senzala: a democracia racial no Brasil enquanto certeza fulcral	70
Jefferson Silva de Santana	
MESA 08: METAFILOSOFIA E FENOMENOLOGIA	
A terapia filosófica de John McDowell em <i>Mente e Mundo</i> a partir da noção de segunda natureza	72
Iuri Slavov	
Retorno a Platão e a definição de filosofia no pensamento de Alain Badiou	74
Eduardo Lucas Alves Rodrigues	
Entre a técnica e a serenidade: o pensamento histórico-ontológico em Martin Heidegger	76
Lucas de Moura Justino Souza	
A fenomenologia do corpo em Michel Henry: considerações sobre o corpo subjetivo em Maine de Biran	78
Kátia Marian Corrêa de Medeiros	

MESA 09: METAFÍSICA

G. E. Moore e a bondade: revisitando o primeiro capítulo do <i>Principia Ethica</i>	80
Matheus Sampaio Benites Correia	
Por que “existência” não é uma propriedade própria? Revisando as bases da ontologia dos campos de sentido de Markus Gabriel	82
Gabriel Azevedo Cruz	
Seria o espaço mera forma da sensibilidade? A alternativa fanática à alternativa negligenciada	84
Pedro Ferreira Pedalini Pires	

MESA 10: FILOSOFIA E LITERATURA

“Tudo em volta está deserto, e tudo certo”. Tolstói e sua crítica à Shakespeare	86
Jorge Luiz Costa Sales Sá	
Como pensar o trágico na filosofia hoje?	88
Isabela Pimentel Peixoto	
Sobre a assim chamada “poesia lírica”	90
Raphael Paiva Avelino	
Uma releitura da cosmogonia e antropogonia em Bereshit/Gênesis: desierarquização entre fala e escrita a partir da <i>desconstrução</i> com Jacques Derrida	92
Patrícia de Araújo Costa	
Algumas considerações sobre <i>A Queda do Céu</i> e etnografia	94
Luana Goulart de Castro Alves	

MESA 11: PSICANÁLISE E FILOSOFIA CRÍTICA

Da horda primitiva ao mal-estar contemporâneo: desamparo e laço social em Freud	96
Marina Santos de Castro	
Formação para a conformação: um diálogo entre Theodor Adorno e Sigmund Freud	98
Emanuel Djaci de Oliveira Leal	

História natural, pré-história e abstração real em Theodor Adorno	100
Felipe Ribeiro	
Autonomia como experiência como potência para redesenhar o imaginário social	102
Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado	
MESA 12: ESTÉTICA	
A aura Benjamin e a imagem-aura de Didi-Huberman	104
Cecília Samel Côrtes Fernandes	
A pobreza de experiências a partir da atrofia da arte narrativa, sob a perspectiva de Walter Benjamin	106
Maiara de Sousa Bispo	
Walter Benjamin e o cinema de quebrada: história dos oprimidos e arqueologia do anonimato	108
Daniel Neves de Andrade	
MESA 13: GÓRGIAS E PLATÃO	
A Defesa de Palamedes, de Górgias: metodologia e recepção	110
Daniela Brinati Furtado	
Platão “mau-caráter”: a terceira polêmica anti-platônica no <i>Deipnosophistae</i> de Ateneu	112
Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes	
Platão entre poesia e estética	114
Robson Cabral de Oliveira	
Os paradigmas da visão e da audição no <i>Primeiro Alcibíades</i> de Platão	116
João Ulisses de Sousa Venturino	
MESA 14: PLATÃO	
O debate acerca do Livro V d’<i>a República</i> de Platão	118
Maria Clara de Almeida dos Santos	
Os elementos literários das <i>Leis</i> de Platão: uma análise do cenário, dos personagens e das suas ações	120
Izabella Tavares Simões Estelita	
A ambiguidade do estatuto feminino nas <i>Leis</i> de Platão	122
Luciana Valesca Fabião Chachá	

Escravidão nas <i>Leis</i> de Platão: Um diálogo com Homero	124
Rhuan Quissak Felix	
A <i>dynamis</i> e a instauração ontológica no <i>Sofista</i> de Platão	126
Josias Israel Ferreira Alves	
MESA 15: ARISTÓTELES E ESTOICISMO	
A gramática do vir-a-ser no livro I da <i>Física</i> de Aristóteles	128
Aldrin Pardellas de Carvalho	
O papel da religião na <i>Política</i> de Aristóteles	130
Jefferson da Silva Belarmino	
O tempo e as coisas em Aristóteles	132
Gabriel Moraes Dias de Souza	
A Primeira Apropriação estoica (<i>proton oikeion</i>): aspectos relativos à percepção de si e autopreservação	134
Carlos Enéas Moraes Lins da Silva	

APRESENTAÇÃO

É com prazer que publicamos os resumos dos trabalhos apresentados na XXV Semana dos Alunos da Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, com o apoio do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e do Sistema Maxwell, administrado pela Biblioteca da Universidade.

Nessa edição, realizada entre os dias 26 e 30 de agosto de 2024, a SAF celebrou vinte e cinco anos de atuação, sedimentando seu lugar como o mais antigo e recorrente evento discente de pós-graduação em filosofia no país. Foram cinquenta e nove comunicações distribuídas em quinze mesas, organizadas segundo o critério de afinidade temática. O evento contou também com cinco palestras, uma ao fim de cada dia, ministradas pelos professores Alyne Costa (PUC-Rio), Clara Castro (PUC-Rio), Pedro Merlussi (PUC-Rio) – os três recentemente contratados para o quadro principal de docentes do departamento –, pelo professor Rafael Zacca (PUC-Rio), e o professor Marcus Reis Pinheiro (UFF) – este que adquiriu seu doutorado na PUC e participou da organização das primeiras SAFs, no início dos anos 2000.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a valorosa colaboração dos discentes da casa Aldrin Pardellas de Carvalho, João Victor de Almeida Consoli, Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto, Mary Emily Mattoso Silva Suzano e Paloma de Souza Xavier, que, juntos conosco, integraram a comissão organizadora dessa tão bem-sucedida edição da SAF.

As editoras

Cecília Samel Côrtes Fernandes

Izabella Tavares Simões Estelita

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes

PROGRAMAÇÃO

Locais de realização das atividades:

- **De segunda-feira (26.08.2024) à quarta-feira (28.08.2024)**
Comunicações das mesas de 01 a 09 e palestras dos professores Alyne Costa, Clara Castro e Pedro Merluzzi:
Sala K102. Departamento de Comunicação. 1º andar do prédio Kennedy.
- **Quinta-feira (29.08.2024)**
Comunicações das mesas de 10 a 12 e palestra do professor Rafael Zacca:
Sala L1156. Departamento de Filosofia. 11º andar do prédio Leme.
- **Sexta-feira (30.08.2024)**
Comunicações das mesas de 13 a 15:
Sala L530. Departamento de Filosofia. 5º andar do prédio Leme.
Palestra do professor Marcus Reis:
Sala do Decanato do CTC. Departamento de Engenharia. 12º do prédio Leme.
Coquetel de encerramento:
Varanda aberta do Decanato do CTC, com vista noturna da Lagoa Rodrigo de Freitas. Teremos sanduíches e salgados, espumantes e chope pilsen artesanal, esse fornecido pela Cervejaria Tio Ruy. O coquetel começará imediatamente após a palestra do professor Marcus Reis. Todos estão convidados.

SEGUNDA-FEIRA (26 de agosto de 2024)

10h00min às 12h30min: Comunicações | Mesa 01

Origens e desdobramentos do antagonismo entre verdade e política segundo Hannah Arendt

Luiza de Aguiar Neiva (PUC-Rio)

A escola como âmbito pré-político: ensino de Filosofia e esfera pública hoje

Matheus Baliú de Carli (PUC-Rio)

Feminismos apesar de tudo

Lucia Dias Costa Barros (PUC-Rio)

**XXV SEMANA DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA PUC-RIO
26 a 30 de agosto de 2024**

Território como condição existencial dentro das religiões de matrizes africanas no Brasil
Thaíssa Alves Gonçalves Silva (PUC-Rio)

13h30min às 15h30min: Comunicações | Mesa 02

Solucionismo, humanismo e aristocracia tecnológicos: uma crítica a discursos tecnófilos diante da catástrofe ambiental

Marcelo Capello Martins (PUC-Rio)

Considerações ético-filosóficas no cenário hiperdigital das “não-coisas”: uma análise segundo Byung-Chul Han

Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães (UFRRJ)

15h30min às 17h30min: Comunicações | Mesa 03

Ficções em Gaia: Uma investigação sobre os seres da ficção nas ciências de Gaia

João Victor de Almeida Consoli (PUC-Rio)

Latour e Stengers: o espaço entre duas cosmopolíticas

Tobias Marconde de Carvalho Gomes (PUC-Rio)

Sob pontos de vida: como a arte pode engendrar resistência ecológica?

Luiza Proença (PUC-Rio)

O tropo da visão em Donna Haraway: questões para uma semiótica política da articulação

Tiago Andrade da Silva (UFABC)

18h00min às 20h00min: Palestra

Ontologia política e os desafios da mutualidade

Professora Alyne Costa (PUC-Rio)

TERÇA-FEIRA (27 de agosto de 2024)

10h00min às 12h30min: Comunicações | Mesa 04

O jogo metafórico da verdade em O nascimento da tragédia de Friedrich Nietzsche

Felipe Amancio (PUC-Rio)

Tessituras de varal: os estilos de Nietzsche e Clarice Lispector

Quésia Oliveira Olanda (UFRJ | PPGF)

Da verdade como metáfora à verdade metafórica: linguagem e realidade em Nietzsche e Paul Ricoeur

Leonardo Magalde Ferreira (UFABC)

O que é cultura: uma investigação sobre Bildung e Kultur nos primeiros escritos de Nietzsche

Rayssa das Graças Magalhães Fonseca (UFSJ)

Além de Nietzsche: a crítica do amor fati na obra de Léon Chestov

Antônio Pedrosa Castellar Pinto (PUC-Rio)

12

13h30min às 15h30min: Comunicações | Mesa 05

A “pré-história” e a ciência da ideologia: do jovem Marx a Žižek com Althusser

Davi Dias Ribeiro Arantes (UERJ)

Hume e a ciência dos modernos: a defesa da ciência moderna contra uma investida contemporânea

Daniel Nascimento de Almeida (UFRJ | PPGLM)

Ética corporificada: a leitura butleriana do amor no jovem Hegel

Michele Teixeira Bonote (UFABC)

Capital e trabalho na economia do prazer de Kant

Nicolau Henrique Pereira da Silva Batista (UERJ)

15h30min às 17h30min: Comunicações | Mesa 06

Teatro das Paixões: a crítica de Elisabeth da Boêmia à moral cartesiana

Mary Emily Mattoso Silva Suzano (PUC-Rio)

A virtude da humildade intelectual nos Ensaaios de Montaigne

Anna Carolina Velozo Nader Temporão (PUC-Rio)

Montaigne e a inauguração de um novo método de escrita para a Filosofia e para a Literatura: o Ensaio

Olívia Scarpari Bressan (UFPR)

Leibniz leitor de Locke: o problema da identidade pessoal no Novos Ensaios

Francisco Gabriel da Alexandria Pires (UFRJ | PPGLM)

18h00min às 20h00min: Palestra

A inteligência do estômago em dois médicos da Modernidade: Fouquet e Bordeu

Professora Clara Castro (PUC-Rio)

QUARTA-FEIRA (28 de agosto de 2024)

13

10h00min às 12h30min: Comunicações | Mesa 07

O que são desacordos profundos?

Paloma de Sousa Xavier (PUC-Rio)

Definições filosóficas: das definições reais às listas de multicritérios

Elan Moises Marinho da Silva (UFRJ | PPGLM)

Três variedades de fecho causal do mundo físico e seus problemas

Renan Vieira de Sá Jardim (UFRJ | PPGLM)

O senhor da casa-grande e o escravo da senzala: a democracia racial no Brasil enquanto certeza fulcral

Jefferson Silva de Santana (UFPE)

13h30min às 15h30min: Comunicações | Mesa 08

A terapia filosófica de John McDowell em Mente e Mundo a partir da noção de segunda natureza

Iuri Slavov (UFABC)

Retorno a Platão e a definição de filosofia no pensamento de Alain Badiou

Eduardo Lucas Alves Rodrigues (UFMG)

Entre a técnica e a serenidade: o pensamento histórico-ontológico em Martin Heidegger

Lucas de Moura Justino Souza (UFRJ | PPGF)

A fenomenologia do corpo em Michel Henry: considerações sobre o corpo subjetivo em Maine de Biran

Kátia Marian Corrêa de Medeiros (UFSM)

15h30min às 17h30min: Comunicações | Mesa 09

G. E. Moore e a bondade: revisitando o primeiro capítulo do Principia Ethica

Matheus Sampaio Benites Correia (PUC-Rio)

Por que “existência” não é uma propriedade própria? Revisando as bases da ontologia dos campos de sentido de Markus Gabriel

Gabriel Azevedo Cruz (UFRRJ)

Seria o espaço mera forma da sensibilidade? A alternativa fanática à alternativa negligenciada

Pedro Ferreira Pedalini Pires (PUFRJ | PPGLM)

14

18h00min às 20h00min: Palestra

Contra a resposta de David Lewis ao argumento da consequência

Professor Pedro Merluzzi (PUC-Rio)

QUINTA-FEIRA (29 de agosto de 2024)

10h00min às 12h30min: Comunicações | Mesa 10

“Tudo em volta está deserto, e tudo certo”. Tolstói e sua crítica à Shakespeare

Jorge Luiz Costa Sales Sá (PUC-Rio)

Como pensar o trágico na filosofia hoje?

Isabela Pimentel Peixoto (UERJ)

Sobre a assim chamada “poesia lírica”

Raphael Paiva Avelino (UERJ)

Uma releitura da cosmogonia e antropogonia em Bereshit/Gênesis: desierarquização entre fala e escrita a partir da desconstrução com Jacques Derrida

Patrícia de Araújo Costa (UERJ)

Algumas considerações sobre A Queda do Céu e etnografia

Luana Goulart de Castro Alves (UERJ)

13h30min às 15h30min: Comunicações | Mesa 11

Da horda primitiva ao mal-estar contemporâneo: desamparo e laço social em Freud

Marina Santos de Castro (PUC-Rio)

Formação para a conformação: um diálogo entre Theodor Adorno e Sigmund Freud
Emanuel Djaci de Oliveira Leal (UFRN)

História natural, pré-história e abstração real em Theodor Adorno

Felipe Ribeiro (USP)

Autonomia como experiência como potência para redesenhar o imaginário social

Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado (UERJ)

15

15h30min às 17h30min: Comunicações | Mesa 12

A aura Benjamin e a imagem-aura de Didi-Huberman

Cecília Samel Côrtes Fernandes (PUC-Rio)

A pobreza de experiências a partir da atrofia da arte narrativa, sob a perspectiva de Walter Benjamin

Maiara de Sousa Bispo (UFRRJ)

Walter Benjamin e o cinema de quebrada: história dos oprimidos e arqueologia do anonimato

Daniel Neves de Andrade (UFABC)

18h00min às 20h00min: Palestra

Desejo de escrever: Anne Carson, amorismo e ensaísmo

Professor Rafael Zacca (PUC-Rio)

SEXTA-FEIRA (30 de agosto de 2024)

10h00min às 12h00min: Comunicações | Mesa 13

A Defesa de Palamedes, de Górgias: metodologia e recepção

Daniela Brinati Furtado (UFMG)

Platão “mau-caráter”: a terceira polêmica anti-platônica no Deipnosophistae de Ateneu

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes (PUC-Rio)

Platão entre poesia e estética

Robson Cabral de Oliveira (UERJ)

XXV SEMANA DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA PUC-RIO
26 a 30 de agosto de 2024

Os paradigmas da visão e da audição no Primeiro Alcibíades de Platão

João Ulisses de Sousa Viturino (UFRJ | PPGLM)

13h00min às 15h30min: Comunicações | Mesa 14

O debate acerca do Livro V d'a República de Platão

Maria Clara de Almeida dos Santos (UFRJ | PPGLM)

Os elementos literários das Leis de Platão: uma análise do cenário, dos personagens e das suas ações

Isabella Tavares Simões Estelita (PUC-Rio)

A ambiguidade do estatuto feminino nas Leis de Platão

Luciana Valesca Fabião Chachá (UFRJ | PPGLM)

Escravidão nas Leis de Platão: Um diálogo com Homero

Rhuan Quissak Felix (USP)

A dynamis e a instauração ontológica no Sofista de Platão

Josias Israel Ferreira Alves (PUC-Rio)

15h30min às 17h30min: Comunicações | Mesa 15

A gramática do vir-a-ser no livro I da Física de Aristóteles

Aldrin Pardellas de Carvalho (PUC-Rio)

O papel da religião na Política de Aristóteles

Jefferson da Silva Belarmino (PUC-Rio)

O tempo e as coisas em Aristóteles

Gabriel Moraes Dias de Souza (PUC-Rio)

A Primeira Apropriação estoica (proton oikeion): aspectos relativos à percepção de si e autopreservação

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva (PUC-Rio)

18h00 às 20h00: Palestra

Quem é o monge que enfrenta os demônios: subjetividade no monasticismo primitivo

Professor Marcus Reis Pinheiro (UFF)

20h30min às 23h30min: Coquetel de encerramento.

RESUMOS

Origens e desdobramentos do antagonismo entre verdade e política segundo Hannah Arendt

Luiza de Aguiar Neiva

Mestranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3707152998971255>

luizaaguiar007@gmail.com

18

Hannah Arendt identifica a origem do conflito entre verdade e política na hostilidade de Platão em relação à diversidade humana e aos assuntos humanos. Na perspectiva arendtiana, Platão procurou evitar a política, suprimir a esfera de diálogo e opinião, e eliminar elementos essenciais da política, como a pluralidade, a ação e a comunicação, em busca de uma segurança e estabilidade que o domínio político humano não pode oferecer. Desde Platão, os filósofos em geral adotaram uma postura hostil em relação à política e à pluralidade, o que os tornou incapazes de lidar com as complexidades, vulnerabilidades e incertezas dos assuntos humanos.

Essa atitude de Platão marcou o início do antagonismo entre filosofia e política na tradição ocidental. Hannah Arendt, por sua vez, submete a tradição da filosofia política a uma crítica profunda, abrindo caminho para um novo pensamento político-filosófico que aborda os assuntos humanos e a pluralidade como objetos de reflexão. Ela argumenta que os ensinamentos de Sócrates podem nos guiar na superação do abismo criado por Platão entre filosofia e política, assim como o conflito entre verdade e opinião na filosofia política.

A capacidade de ver o mundo a partir da perspectiva do outro é, segundo Arendt, a expressão máxima do entendimento político. Ela enfatiza que a verdade absoluta, aquela que seria idêntica para todos e independente das particularidades de cada indivíduo ou do contexto, é inatingível para os seres humanos comuns. Os filósofos precisam enfrentar essa realidade e compreender o que ela implica para as pessoas comuns, incluindo eles mesmos. Nesse sentido, para a pensadora, a filosofia deve abordar o antagonismo entre verdade e opinião sem buscar soluções teóricas que reduzam os desafios da esfera política a problemas puramente cognitivos.

A busca pela verdade, seu papel na política e seu relacionamento com o domínio público são questões complexas que têm sido objeto de discussão ao longo da história da filosofia política. À luz das ideias de Hannah Arendt, entende-se que a pluralidade de perspectivas é fundamental para a política, já que torna o diálogo político um reflexo genuíno da diversidade da sociedade. Esta apresentação busca explorar a origem e o desenvolvimento do antagonismo entre verdade e política ao longo da história. Em um mundo onde a informação e a desinformação coexistem, e a política é frequentemente marcada por polarização e desconfiança, entender o papel da verdade e sua relação com a política é de extrema importância.

Palavras-chave: Arendt. Verdade. Mentira. Política.

Bibliografia

ALVES NETO, R. R. Sobre o sentido de testemunhar a verdade. *In: _____*. *Por que ler Hannah Arendt hoje?* Rio de Janeiro: Via Verita, 2022, pp. 281-292.

ARENDT, H. *Filosofia e Política*. *In: ABRANCHES, A. A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, pp. 91-116.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. Revisão e apresentação: Adriano Correia. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

A escola como âmbito pré-político: ensino de Filosofia e esfera pública hoje

Matheus Baliú de Carli

Doutorando em Filosofia pela PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/7654710436605840>

matheusbaliudecarli@yahoo.com.br

20

Esta apresentação tem como base a relevância das noções arendtianas de mentalidade alargada e de pensamento no ensino de filosofia na Educação Básica. A partir do exame crítico da obra de Hannah Arendt é possível depreender que a prática pedagógica pode figurar como parte fundamental do desenvolvimento de habilidades voltadas para a esfera pública.

Para Arendt, a escola se localiza na passagem entre a esfera privada e a pública. De acordo com essa perspectiva, a escola é uma intermediária entre ambas, promovendo, a partir do conhecimento das etapas de desenvolvimento cognitivo e psicológico, a inserção de crianças e jovens no mundo e dotando-os da capacidade de habitá-lo humanamente. Essa tarefa é fundamental, já que não possuímos apenas um primeiro início com o nosso nascimento, como também um segundo, quando nos inserimos na vida pública, inaugurando intervenções na construção de um mundo mediante atos e palavras. Dessa maneira, por ser um âmbito pré-político, a escola deve ser capaz de dotá-los de uma consciência crítica capaz de possibilitar o desenvolvimento de habilidades para significar esses acontecimentos e auxiliar na capacidade do julgamento para a esfera pública e para sua orientação no mundo. Eis que deve fornecer alguns instrumentos para o pensamento e para a cidadania, como a capacidade de perceber o mundo por meio de diferentes perspectivas e avaliá-las.

Portanto, buscamos, a partir de Arendt, pensar como encontrar possíveis caminhos através da docência de filosofia no Ensino Básico para possibilitar esse fenômeno. O projeto possui uma justificativa acadêmica e social ao buscar pensar a prática educacional de filosofia e seus efeitos em um mundo tecno-científico, dominado pela lógica da produção e da eficiência. Temos como aposta que essa disciplina, com sua capacidade de crítica, de interdisciplinaridade, da riqueza de seu cânone e de apresentação de diversas

perspectivas sobre os objetos do mundo, pode auxiliar os estudantes a se guiar em uma esfera pública onde parece reinar ora um ceticismo radical, ora um dogmatismo acerca de certas temáticas.

Em tempos de bolhas sociais, disseminação em massa de notícias falsas e debate nas redes condicionado pelos algoritmos, onde triunfa o caos discursivo, a teoria de Arendt pode contribuir fornecendo conceitos para formar lentes iniciais para os problemas contemporâneos. Em especial, apostamos que essa leitura crítica de seus textos possa auxiliar nos estudos e práticas de ensino de filosofia, já que tem por característica a formação de uma consciência crítica acerca dos fenômenos do mundo.

Palavras-chave: Ensino. Filosofia. Tecnologia. Política. Arendt. Público.

Bibliografia

ARENDT, H. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LYRA, E. Importância e lugar da Filosofia na era tecnológica. In: DINIZ, J.; SCHOLLHAMMER, K. (Orgs.). *Humanidades em questão - abordagens e discussões*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

_____. *O esquecimento de uma arte: retórica, educação e filosofia no século 21*. São Paulo: Edições 70, 2021.

Feminismos apesar de tudo

Lucia Dias Costa Barros

Doutoranda na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/4240151001075239>

luciadcbarros94@gmail.com

22

A artista e ativista Fulvia Carnevale em uma fala no seminário *Now you can go* (2016) discute, a partir de Walter Benjamin, a ideia de amor como afeto político, que explicita a adesão a certas causas, que nos faz ter esperança e promove sentidos de coletividade. A matriz provedora desse afeto político, para Benjamin, é metaforizada como a figura da mãe (Carnevale, 2016), o que naturaliza e toma como certo o lugar das mulheres enquanto essa infinita fonte de cuidado e ajuda, que ama sem distinções e limites.

Aqui adentramos em um dilema: o trabalho do amor é necessário e irrevogável na cena política, todavia ele é identificado com a figura que o feminismo vai recusar, a figura da mãe como a fonte inesgotável de auxílio, cuidado e sacrifícios. Dessa forma, o trabalho pretende investigar que afetos o feminismo vai colocar em cena quando desmantela a figura da mãe provedora a partir da ideia de greve de humanos proposta por Fulvia Carnevale e do conceito de política como dissenso de Jacques Rancière.

Recusar tais responsabilidades atribuídas às mulheres e romper com essa ordem simbólica em torno do feminino é tarefa árdua. Por isso o título “Feminismos apesar de tudo”. A expressão “apesar de” coloca em jogo o valor dessa política tão necessária quanto lacunar, enquanto o uso do termo “feminismos” busca ratificar uma convicção e, ao mesmo tempo, tenta dar a essa palavra outros significados possíveis, para além dos preconceitos cretinos e das recusas relevantes.

Como coloca Carnevale (2016), não haverá o dia em que os homens acordarão tomados pela benevolência de ceder espaço e abdicar de seu poder. Mas há os momentos em que as mulheres recusam o fardo de serem responsabilizadas pelo trabalho de devoção a outro alguém ou outra coisa, deixam de ser a representação romântica do amor por uma causa e passam a viver as suas próprias paixões e ser o seu próprio movimento. Nesse

sentido, o feminismo pode ser entendido como uma aposta, o percurso beligerante de uma convicção que recusa a distinção dogmática entre teoria e prática.

Palavras-chave: Feminismos. Política. Fulvia Carnevalle. Afetos. Recusa

Bibliografia

CARNEVALE, F. *Now we can go. Claire Fontaine*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHOSPlh_KIQ>. Último acesso em: 12 jul. 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.

MELVILLE, H. *Bartleby o escrivão: uma história de Wall Street*. São Paulo: Ubu, 2017.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34. 2018.

_____. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2019.

Território como condição existencial dentro das *religiões* de matrizes africanas no Brasil

Thaíssa Alves Gonçalves Silva

Mestranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4133643923376545>

thaissa.agsilva@gmail.com

24

O trabalho busca analisar como as condições de existência das religiões de matrizes africanas estão vinculadas a uma noção e uma produção de território. Nesse sentido, será importante a compreensão da “extensão considerável do conceito de religião” (Wideru, 2010:8), bem como propriamente o de natureza. O objetivo é uma análise das distorções a serem superadas acerca do material e espiritual, e do dualismo entre natural e sobrenatural, sob a metodologia de análises textuais e práticas existenciais a partir das religiões de matrizes africanas. A intenção é construir ferramentas de um diálogo que possa refletir a metafísica das religiões de matrizes africanas diante a manutenção do mundo – ou em outros termos, da preservação ambiental.

As consideradas religiões Candomblé, Umbanda, Tambor de Mina Maranhense, Xangô Pernambucano e o Batuque Gaúcho são exemplos dessas matrizes que se dividem, de modo geral, em nações que cultuam os Orisàs, Voduns e Inquices. No entanto, é possível encontrar muitas variações, como: angola bantu, angola caboclo, angola jeje queto, ijexá angola, ijexá jeje, jeje angola queto, queto angola ijexá (Fluskman, 2014:68). Em todos os contextos dessas religiões, uma prática comum é a necessidade de uma territorialização dos fundamentos que constituem um território – um *terreiro*. Ou seja, o território aparece como elemento fundamental e fundante da existência para os “povos de santo”, como são comumente chamadas as comunidades praticantes dessas religiões.

O conceito de existência, segundo o pensador Kwasi Wiredu, é intrinsecamente espacial: “existir é estar em algum lugar”. Assim, a noção de espiritualidade neo cartesiana para os povos de matrizes africanas não se apresenta como suficiente, pois esta atribui ao espiritual a uma “não-espacialidade” (Wiredu, 2010, p. 6). A promoção e manutenção da vida territorializada reflete a uma busca da conservação dos seus meios,

onde “a visão qualitativa e sagrada do espaço gera uma consciência ecológica” (Sodré, 2019, p. 65).

O diálogo pode, então, indicar possíveis superações das dicotomias acirradas pela modernidade, onde, a crise ecológica aparece, também, como uma crise ontológica. Nesse sentido, ampliar o corpo protagonista epistemológico se apresenta como um caminho de enfrentamento à soma das crises atuais. A proposta da noção de religião expandida é compreendê-la como um modo de vida que direciona à produção da espiritualidade e, da mesma forma, uma espiritualidade que direciona um modo de vida, refletindo em uma natureza e espiritualidades vinculadas em uma mesma esfera material e metafísica, resultando em uma considerável preservação dos territórios.

Palavras-chave: Território. Natureza. Religião. Matriz africana. Brasil.

Bibliografia

FLAKSMAN, C. M. *Narrativas, Relações e Emaranhados: Os Enredos do Candomblé no Terreiro do Gantois, Salvador, Bahia*. Rio de Janeiro: PPGASMN/UF RJ, 2014.

SODRÉ, M. *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

WIREDU, Kwasi. As religiões africanas desde um ponto de vista filosófico. Tradução para uso didático de WIREDU, Kwasi. African Religions from a Philosophical Point of View In: TALIAFERRO, Charles; DRAPER, Paul; QUINN, Philip L. (eds.). *A Companion to Philosophy of Religion*. Second Edition. Malden; Oxford; West Sussex: Blackwell, 2010, p. 34-43, por Lana Ellen T. de Sousa. Revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwasi_wiredu_-_as_religi%C3%B5es_africanas_desde_um_ponto_de_vista_filos%C3%B3fico.pdf. Acesso em 30 ago. 2024.

**Solucionismo, humanismo e aristocracia tecnológicos:
uma crítica a discursos tecnófilos diante da catástrofe ambiental.**

Marcelo Capello Martins

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1216804155945867>

marcelocapello1998@gmail.com

26

A proposta deste trabalho é apresentar parte da atual pesquisa de doutorado que tem como objetivo criticar de forma detalhada as tendências à tecnofilia que compõem o discurso sobre tecnologias na atualidade. Para isso, a apresentação se baseará no estudo do conceito de tecnofilia e, principalmente, na explicação e exemplificação de conceitos da obra *The Technological Bluff*, do filósofo francês Jacques Ellul, publicado originalmente em 1988.

Na obra em questão, Ellul apresenta uma crítica ao discurso que nos cerca neste mundo tão tecnologicamente mediado. O autor apresenta diferentes tipos de discursos sobre as tecnologias que são, ao seu ver, blefes. No trabalho a ser exposto, darei ênfase a três blefes específicos, a saber: *Blefe do Solucionismo*, *Blefe do Humanismo* e *Blefe da Aristocracia*. A apresentação começará com uma contextualização da obra de Ellul e partirá da definição de “técnica” do autor para, então, estabelecer uma definição mais autoral do conceito de tecnofilia.

É a partir do estabelecimento desse conceito que passamos finalmente ao estudo dos blefes indicados. Dada a aceleração dos avanços tecnológicos que ampliam a distância entre nossos tempos e os de Ellul, a apresentação seguirá com o diálogo da obra do francês com autores mais contemporâneos que possam elucidar os blefes escolhidos ou mesmo servirem de exemplo negativo a ser criticado. No primeiro caso, destacam-se Evgeny Morozov e Mark Coeckelbergh. No segundo caso, destacam-se negativamente Steven Pinker e Raymond Kurzweil. A exposição, contudo, não se limitará a esses autores.

Para dar maior coesão ao tema e conectá-lo a uma preocupação da mais alta ordem, serão utilizados exemplos que perpassam o tema da atual catástrofe climática. A

esperança em salvagens tecnológicas para o desastre, a ideia de que o humano pode se libertar de sua condição natural e corpórea e as propostas de um pretense “capitalismo verde” são algumas das manifestações da tecnofilia e seus blefes a serem tratados na apresentação.

Palavras-chave: Tecnofilia. Solucionismo. Humanismo. Aristocracia. Técnica. Discurso.

Bibliografia

COECKELBERGH, M. *Ética na Inteligência Artificial*. Tradução: Clarisse de Souza, Edgar Lyra, Matheus Ferreira e Waldyr Delgado. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

ELLUL, J. *The Technological Bluff*. Michigan: Eerdsmans Pub Co, 1990.

KURZWEIL, R. *The Singularity is Near. When Humans Transcend Biology*. New York, NY: Penguin Group, 2005.

MOROZOV, E. *To Save Everything Click Here*. The folly of technological solutionism. New York: Public Affairs, 2013.

PINKER, S. *O Novo Iluminismo*. Em defesa da razão, da ciência e do humanismo. Tradução de Laura Teixeira Motta e Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Considerações ético-filosóficas no cenário hiperdigital das “não-coisas”: uma análise segundo Byung-Chul Han

Ingrid Nogueira do Nascimento Magalhães

Mestranda em Filosofia na UFRRJ

<http://lattes.cnpq.br/3563276305674399>

ingridnnm@gmail.com

28

A apresentação objetiva identificar alguns dos desafios ético-filosóficos relacionados à digitalização contemporânea a partir da filosofia de Byung-Chul Han. O caminho metodológico utilizado foi de exame bibliográfico. O estudo se concentra nas críticas do autor à cultura da hiperconexão e hiperinformação, assim como na transformação da experiência humana no cenário digital. Destacam-se problemas como a sobrecarga físico-mental (2017a), a interiorização da violência (2017a) e o narcisismo (2017b).

Ao explorar o diagnóstico de Han sobre a era digital, é fundamental considerar as implicações práticas de suas propostas diante da era das “não-coisas” (2022a). A digitalização está reconfigurando o mundo contemporâneo, transformando-o de uma ordem terrena centrada em objetos materiais para uma ordem digital definida e moldada por informações. Essa transição marca a passagem da era das “coisas” para a era das “não-coisas”. Para o filósofo, “não-coisas” são “informações digitais” que remodelam nossa percepção e experiência da realidade (2022a, p. 7), criando um ambiente em que a corporeidade das coisas é gradualmente substituída pela impalpabilidade das informações.

Nesse contexto, a ética se apresenta como questão fundamental, indo além do simples respeito ao próximo. Ela abrange nossa interação com os outros, com nós mesmos, com o ambiente digital, bem como com a própria materialidade dos objetos e da natureza. Assim, a presente comunicação pretende destacar a proposta de Han de uma ética da alteridade, centrada na empatia e no respeito às diferenças, ou aquilo que o autor chama de “afabilidade” (2022a), como possível resposta aos desafios contemporâneos. Ademais, a promoção de uma perspectiva radical de alteridade, nomeada pelo autor como “atópica” (2017b), se apresenta como um modo de preservar o bem-viver.

Por outro viés, Han também sugere a valorização do “não-fazer” (2023), ao propor uma forma de resistência à cultura da hiperatividade e da sobrecarga. O “não-fazer” aqui não deve ser entendido simplesmente como preguiça, desânimo ou ausência explícita de ação, mas sim como um espaço para o descanso profundo, contemplação e reflexão, que permite um novo modo de agir no mundo (2023). Trata-se de um tempo de qualidade no qual se pode recuperar a capacidade de pensar criticamente e se reconectar com aspectos que não estão relacionados ao desempenho produtivo. Assim, a análise visa aprofundar a compreensão dos dilemas éticos na era digital e oferecer perspectivas para a construção de uma ética em sintonia com os desafios da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Ética. Byung-Chul Han. Não-coisas. Hiperdigitalização.

Bibliografia

HAN, B-C. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017a.

_____. *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes, 2017b.

_____. *A expulsão do outro*. Petrópolis: Vozes, 2022a.

_____. *Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida*. [Formato digital]. Tradução: Rafael Rodrigues Garcia. Petrópolis: Vozes, 2022b.

_____. *Vita contemplativa: ou sobre a inatividade*. [Formato digital]. Tradução: Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2023.

Ficções em Gaia: uma investigação sobre os seres da ficção nas ciências de Gaia

João Victor de Almeida Consoli

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/7087018296404332>

jonconsoli27@gmail.com

30

Quem somos sem a capacidade de produzir ficção? Onde se localiza a estória na produção do conhecimento e como produzimos nossos discursos? A imaginação, a fábula, o sonho e a poesia atravessam e habitam nossas mentes como cometas que atravessam o universo. “O acadêmico, assim como o escritor, é obrigado a convocar sua imaginação para trabalhar os conceitos dos fenômenos estudados, sejam eles o movimento das estrelas ou o funcionamento dos eclipses”. (Ait-Touaïti, 2011, p. 10, tradução nossa), Dessa maneira, como podemos compreender e como podemos lidar com o entrelaçamento dos seres da ficção na produção do conhecimento científico, principalmente quando falamos das ciências de Gaia?

Para a autora Donna Haraway, a ficção está muito próxima da produção dos fatos, mas se difere quanto ao discurso e ao tempo verbal. “Extraída de um particípio presente, a ficção está em processo e ainda em jogo, inacabada, ainda propensa a entrar em conflito com os fatos, mas também sujeita a nos mostrar algo que ainda não sabemos ser verdade, mas que saberemos”. (Haraway, 2016, p. 27), pensando a partir dessa citação, o lugar de onde os fatos ocupam, foram outrora o lugar da ficção. A invenção do oxigênio por Lavoisier (Kuhn, 2001, p. 80) a invenção dos micróbios por Pasteur (Latour, 1999, p. 133) e até mesmo a viagem à Lua, narrada por Kepler em “Somnium” (Ait-Touaïti, 2011, p. 17) são fortes exemplos dessa interseção da ficção e suas formas narrativas com a produção do conhecimento científico.

A partir dessa noção, podemos pensar de que forma o discurso da ficção faz parte das ciências que compõem Gaia. Como podemos, a partir da ficção que compõe também a produção de conhecimento científico, pensar Gaia, uma nova espécie de ser científico que, de acordo com Isabelle Stengers, “Não é um ser vivo, muito menos um ser

cibernético; pelo contrário, é um ser que exige de nós complicação da divisão entre vida e não-vida” (Stengers, 2015, p. 137, tradução nossa).

Dessa maneira, me debruço neste momento a buscar as perguntas que devem ser trazidas à tona para dar voz, mais uma vez, a ficção e, além disso, compreender como Gaia se comporta e interage com esses seres, visto que “Gaia, como um ser científico, não ignora os emaranhamentos mundanos”, e talvez não ignore, também os seres da ficção. (Stengers, 2015, p. 138, tradução nossa).

Palavras-chave: Ficção. Gaia. Filosofia da ciência. CTS. Antropoceno.

Bibliografia

AÏT-TOUATI, F. *Fictions of the Cosmos*. Science and Literature in the Seventeenth Century. Tradução: Susan Emmanuel. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras*: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução: Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6. ed. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

STENGERS, I. Accepting the reality of Gaia: a fundamental shift?. In: HAMILTON, C; BONNEUIL, C; GEMENNE, F. *The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: Rethinking modernity in a new epoch*. Londres/Nova York: Routledge, 2015, pp. 134-144.



Latour e Stengers: o espaço entre duas cosmopolíticas

Tobias Marconde de Carvalho Gomes

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da FAPERJ na modalidade Nota 10

<http://lattes.cnpq.br/1709374566097448>

tobiasmarconde@gmail.com

32

O objetivo deste trabalho é explorar o debate entre dois importantes pensadores, Bruno Latour e Isabelle Stengers, sobre a política no Antropoceno, destacando as divergências espaciais em suas propostas filosóficas. Latour propõe o "Parlamento das Coisas" (PdC) como uma nova forma de política que inclui não humanos como atores políticos, rompendo com a barreira antropocêntrica tradicional. Em contraste, Stengers critica o PdC, argumentando que a política é uma invenção específica da modernidade e que impor essa estrutura aos não modernos limita a diversidade das práticas políticas. Enquanto a organização política moderna se baseia em uma oposição em relação ao tempo (progressistas x conservadores), os aspectos espaciais são prevalentes ao pensar política no Antropoceno.

A metodologia utilizada envolveu a análise comparativa das obras de Latour (2019a, 2019b), e de Stengers, especialmente "Cosmopolitics" (Stengers, 2010). Além disso, foi fundamental o trabalho de Janicka (2024) para sistematizar alguns contrastes entre os autores. Latour concebe o PdC como um modelo de novo "nomos da Terra" onde são representados não apenas humanos, mas também não humanos, desafiando a lógica do poder soberano e propondo uma coexistência de diferentes escalas de atores, como povos indígenas e elementos naturais. Stengers, por outro lado, argumenta que a política moderna, com suas tradições específicas, não pode ser aplicada como um princípio universal para uma ecologia de práticas, criticando o PdC por impor condições modernas aos não modernos. Por isso, não há exatamente um *locus* onde ocorre a cosmopolítica, o que contrasta bastante com a proposta latouriana.

Stengers sugere que o PdC, ao exigir que os não modernos pertençam a uma *polis*, não respeita a diversidade das práticas políticas nomádicas e sedentárias. A própria distinção entre praticantes nomádicos e sedentários – categorias geográficas – é

importante para entender a crítica de Stengers. Quem se crê puramente nomádico só define os outros em termos de tolerância, pois o nomadismo se caracterizaria, segundo Stengers, pela disposição de se desvincular de suas crenças para desafiá-las e seguir um problema aonde quer que o leve. Os sedentários o são pois afirmam “seus desafios não dizem respeito a mim, nem me interessam” perante o Parlamento, com sua indiferença e silêncio.

Latour poderia responder à crítica de Stengers ao reinterpretar o PdC não como uma instituição fixa, mas como um "*speculative forum*", um *SF* (Haraway, 2016), um espaço especulativo e ficcional que desafia a política moderna. Assim, o PdC poderia ser visto como uma maneira de repensar a política, incorporando pequenas transcendências em cada ponto do que ele chama de “Círculo” político. Este trabalho, portanto, ilumina a importância dos aspectos espaciais na política contemporânea, especialmente no contexto do Antropoceno, e contribui para a compreensão das complexas interações entre humanos e não humanos na formação de novas ecologias de práticas.

Palavras-chave: Cosmopolítica. Espaço. Bruno Latour. Isabelle Stengers. Parlamento das Coisas.

Bibliografia

HARAWAY, D. J. *Staying with the trouble. Making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

JANICKA, I. The Janus Face of Cosmopolitics: The Concept of Universality in Isabelle Stengers and Bruno Latour. *Philosophy Today*, 2024.

LATOUR, B. *Investigação sobre os modos de existência. Uma antropologia dos Modernos*. Petrópolis: Vozes, 2019a.

_____. *Políticas da natureza. Como associar as ciências a democracia*. Tradução: Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2019b.

STENGERS, I. *Cosmopolitics I*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

Sob pontos de vida: como a arte pode engendrar resistência ecológica?

Luiza Proença

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/5948647508229166>

proenca.ml@gmail.com

34

Esta apresentação integra uma pesquisa mais ampla sobre como práticas artísticas poderiam engendrar resistência ecológica, aliando-se aos esforços de cientistas, ativistas e filósofas do Antropoceno.

Argumenta-se que diante do contexto da crise ambiental, instituições, ideias, ferramentas e práticas precisam ser repensadas a partir de uma análise crítica dos pilares ontológicos pelos quais a própria arte se constituiu na modernidade ou das formas específicas pelas quais a subjetividade estética moderna/colonial determinou certo imaginário de mundo, corroborando com processos extrativistas e de acumulação primitiva (Espejo Ayca, 2022; Ferreira da Silva, 2019).

Tal análise da arte na modernidade pode impulsionar proposições artísticas que sejam capazes de nos tornar mais sensíveis para a existência de outros seres cujas presenças os Modernos ignoraram; proposições que contornem estratégias de representação ou assimilação de diferentes “pontos de vista” nos moldes do “mundo da arte” ocidental e suas demandas históricas pelo globalismo, cosmopolitismo e multiculturalismo. O objetivo é reorientar a arte para um compromisso ou pluralismo ontológico (Costa, 2019; De La Cadena, 2018; Stengers, 2019) que leve em conta as maneiras particulares pelos quais povos extramodernos expressam suas visões de mundo, tratadas aqui como “pontos de vida”.

Por meio de um método cartográfico, movido por um campo dinâmico de forças pulsionais, serão traçadas algumas práticas artísticas atuais que estejam conectadas aos “levantes da terra” (Danowski, 2023), com especial atenção para aquelas que se arriscam em estabelecer zonas de contato (Pratt, 1991), por meio de conexões parciais (Strathern,



2019) investigando como podem contribuir para o exercício de composição de um mundo de muitos mundos.

Palavras-chaves: Antropoceno. Arte. Crise ecológica. Pluralismo ontológico. Vida.

Bibliografia

CADENA, M.; BLASER, M. (org.) *A World of Many Worlds*. Durham and London: Duke University Press, 2018.

COSTA, A. *Cosmopolíticas da Terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno*. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – PUC-Rio, 2019.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. (Org). *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra; v. 2*. Rio de Janeiro: editora Machado, 2023.

ESPEJO AYCA, E. *Yanak Uywaña: La crianza mutua de las artes*. La Paz: PCB, 2022.

FERREIRA DA SILVA, D. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

PRATT, M. L. Arts of the Contact Zone. *Modern Language Association*, pp. 33-40, 1999.

STENGERS, I. The Challenge of Ontological Politics. *In: De LA CADERNA, M. and BLASER, M. (eds.) A World of Many Worlds*. Durham, London: Dukre Press, 2019.

STRATHERN, M. *Partial Connections*. Oxford: Altamira Press, 1991.

O tropo da visão em Donna Haraway: questões para uma semiótica política da articulação

Tiago Andrade da Silva

Mestrando em Filosofia na UFABC

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8753419609363897>

silva.tiandrade@gmail.com

36

O problema da representação científica da natureza consiste em um tópico de interesse para os estudos feministas da ciência, e possui um lugar crucial na obra da filósofa e bióloga Donna J. Haraway. Tanto a natureza quanto sua representação objetiva assumem um estatuto metafórico na obra da autora, que trata de deslocar ambos. Emergindo no discurso de Haraway (1992, p. 296) enquanto lugar de inscrição da memória coletiva, um lugar comum disputável, a “natureza” permanece equívoca e um artefato a ser investigado. A autora prefere pensar em termos de "naturezas-culturas", nas quais estão em jogo as histórias e mundos produzidos pela ciência. Esse conceito nos dá as coordenadas necessárias para nos orientarmos através das relações íntimas entre as construções culturais e a natureza produzida em suas reiterações na história das ciências.

Frente à contradição entre o avanço tecnológico e a depleção dos recursos naturais caracterizadora do contemporâneo, Haraway se dispõe a produzir novos dispositivos ópticos pelos quais enxergar melhor o presente e estabelecer relações multiespécie articuladas e consequentes. A visão próstética resultante não diz respeito a uma prática de representação, mas a uma visão corporificada, parcial, e responsável pelos modos em que o sujeito da ciência aprendeu a ver.

A visão do cientista que reivindica uma completa transparência e mobilidade, afirmando ser capaz de ver tudo de lugar algum, é contraposta por Haraway (1995, p. 21) a uma perspectiva parcial, e suas reivindicações de verdade são limitadas. Com isso, Haraway (1992, p. 309) busca substituir uma semiótica política da representação do “natural” por uma semiótica política da articulação entre parceiros diversos, tais como ativistas feministas, povos indígenas, a floresta, máquinas e mais-que-humanos. Esses

parceiros insistem na realidade do mundo e na matéria animada, mas não buscam produzir um conhecimento capaz de representar a natureza.

Partindo da noção de perspectiva parcial desenvolvida ao final da década de oitenta na obra de Haraway e trabalhando de modo mais detido uma outra figuração mais recente na obra da autora, os "dedolhos" (fingery eyes), cuja adoção resulta de um diálogo com a escritora Eva Hayward (2010), essa fala tem como objetivo rastrear como as metáforas e os significados associados à visão se desdobram ao longo dos textos da filósofa em uma visão tátil e corporificada, assim como apresentar algumas maneiras em que essas figurações sugeridas por Haraway (2008, p. 259) abrem modos de pensar o que está em jogo em práticas científicas não-representacionais junto às espécies companheiras e à "natureza".

Palavras-chave: Saberes situados. Espécies companheiras. Representação. Feminismo.

Bibliografia

HARAWAY, D. J. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 7-41, 1995.

_____. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others. *In*: GROSSBERG, Lawrence *et al* (eds.). *Cultural studies*. New York: Routledge, 1992, pp. 63-124.

HAYWARD, E. Fingeryeyes: Impressions of cup corals. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 4, pp. 577-599, 2010.

O jogo metafórico da verdade em *O nascimento da tragédia* de Friedrich Nietzsche.

Felipe Amancio

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista do CNPq

<http://lattes.cnpq.br/2122702645053582>

felipeab@live.com

38

Para a XXV Semana dos Alunos da Pós-Graduação em Filosofia (SAF) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), proponho apresentar uma comunicação baseada no primeiro capítulo da minha tese, ainda em processo de escrita, que versa sobre as relações entre metáfora e verdade no primeiro livro de Friedrich Nietzsche, *O nascimento da tragédia*. O trabalho, contudo, não intenciona apenas comentar, explicar o pensamento do autor, mas realizar uma leitura que visa enfatizar questões próprias.

Friedrich Nietzsche é lembrado pela história da filosofia como filósofo rebelde, iconoclasta, niilista, e até mesmo o “último metafísico”. No entanto, uma leitura atenta da sua obra, em especial do primeiro período (1872-1876) revela que nem sempre foi assim. Durante a juventude – tempo marcado pelo deslumbre com a música e a figura de Richard Wagner – o autor teve de fato aspirações românticas em relação às artes, de modo que seu pensamento dessa época é caracterizado como “metafísica de artista”.

Embora *O nascimento da tragédia*, como o próprio título diz, trate da tragédia, espetáculo teatral do qual a música é o principal elemento, a principal forma artística, as questões discutidas nessa comunicação operam um desvio em relação aos temas centrais do livro, tendo por foco suas relações com questões subsidiárias, mas indispensáveis. Essas questões dizem respeito aos campos da linguagem e da imagem, especialmente o modo como tais recursos são mobilizados na tragédia para transmitir conteúdos metafísicos.

Se Dioniso é o principal personagem das tragédias, representado sob as máscaras de diferentes heróis, esta comunicação tem por foco seu contraponto, Apolo. Contudo, não se trata apenas de comentar as relações entre esses célebres conceitos inspirados na

mitologia grega, mas por meio deles analisar as dinâmicas metafísicas que representam. Em vista disso, o objetivo central desta comunicação é discutir como a compreensão trágica da existência, que a tragédia por meio do impulso dionisíaco confere acesso, necessita dos elementos apolíneos, em especial, a linguagem e as visualidades cenográficas. Em outras palavras, busca-se analisar como essa verdade necessita de uma metáfora, de uma máscara, um encobrimento, para ser revelada. Desse modo, é por essa ótica que será analisado o referido livro, buscando ressaltar as passagens em que Nietzsche reforça, mais que o antagonismo, essa interdependência.

Palavras-chave: Arte. Linguagem. Metáfora. Nietzsche. Verdade.

Bibliografia

BRANDÃO, J. de S. *Mitologia grega*. Vol. II. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

BURNETT, H. *Para ler o nascimento da tragédia de Nietzsche*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MACHADO, R. *O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARTON, S. O Nascimento da tragédia: Da superação dos opostos à filosofia dos antagonismos. In: Idem. *Nietzsche e a arte de decifrar enigmas: treze conferências europeias*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 17-32.

NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Tradução: Jacó Guinsburg. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

Tessituras de varal: os estilos de Nietzsche e Clarice Lispector

Quésia Oliveira Olanda

Doutoranda no PPGF da UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/3297948645119846>

olandaquesi@gmail.com

40

Este trabalho tem por objetivo apresentar a metáfora do varal, atrelando a escrita de Nietzsche e Clarice Lispector. Nietzsche privilegia o teor poético e se afasta do caráter fixo dos conceitos, performatizando através da escrita, colocando em cena a metáfora. Esse assunto reverbera no ensaio *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral* (1896), mas não se resume a ele. É por isso que usaremos diversas obras como aporte teórico, seguindo a linha derridiana de ler vários textos simultaneamente.

O varal é um objeto pertencente ao ordinário. A coisa ordinária, por sua vez, é um elemento de estima, como tece Manoel de Barros em *Matéria de Poesia* (2019). O varal pode ser considerado um dos lugares mais coletivos de uma casa, sendo um elemento que abriga a diferença, composto por peças de pessoas distintas. Varal é ainda um objeto assimétrico e simboliza deslocamento – para falar nos termos derridianos –, pois não está colado, é instável, tem uma certa leveza, suspensão, um devir, portanto. Podendo ser trocado de lugar quando o sol se põe ou quando o tempo muda para vir a chuva.

O pensador alemão, além de criticar toda uma tradição metafísica e dualista, escreve de outras maneiras: ora aforismática, ora dissertativa, ora poética, ora ensaística. Em seu *Ecce Homo* (1908), inclusive, esboça sua multiplicidade de estados interiores e, por consequência, seus muitos estilos. Sendo assim, não é possível separar o pensamento da forma de tecê-lo e isso se relaciona com a questão do perspectivismo. É importante ressaltar que a estilística é um assunto que preocupa a filosofia nietzschiana desde a sua primeira fase. Lispector segue o mesmo fio, bordando sua escrita com tecidos plurais. Para a autora de *Água Viva*, escrever era experimentar. Sua tessitura se mostra em fragmentos, contos, crônicas, romances, cartas, construindo cada obra de uma maneira. O tear clariceano se dá sem uma direção definida, seu estilo é interpretado como antiliterário e desregrado, obedecendo o que a autora chama de sua respiração.

Portanto, nossa hipótese de pesquisa é de que essas escritas são costuradas

metaforicamente como varal, sendo atravessadas por uma certa experimentação da escrita. Além disso, as escritas multifacetadas expressam a forma plural que ambos concebem o mundo, caminhando, assim, na contramão da tradição sistemática, subvertendo a lógica do discurso e a escrita literária-filosófica de sua época.

Palavras-chave: Escrita. Estilos. Metáfora. Varal.

Bibliografia

LISPECTOR, C. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

NIETZSCHE, F. *Ecce Homo*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. Tradução: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

Da verdade como metáfora à verdade metafórica: linguagem e realidade em Nietzsche e Paul Ricoeur

Leonardo Magalde Ferreira

Doutorando em Filosofia na UFABC

<http://lattes.cnpq.br/4776486704424177>

leonardo.magalde@ufabc.edu.br

42

Definida na Antiguidade por Aristóteles como um ato de transposição nominativa a fim de ressaltar semelhanças e alterar significados, a metáfora deixa de ser vista como um elemento de fruição discursiva em meados do século XVIII e torna-se uma peça fundamental para se pensar a origem da linguagem, principalmente no Romantismo. Nesse contexto, podemos identificar uma interpretação segundo a qual o surgimento da linguagem repousaria em uma esfera sensível e imagética, anterior a toda sorte de abstração conceitual, e a metáfora seria o elo entre estes dois momentos, pois seria encarregada pelo transporte (*epiphora*) de um elemento a outro.

Entretanto, se nessa concepção a linguagem galgaria estágios rumo a um tipo de ascensão, encontramos em Friedrich Nietzsche uma desafiadora leitura desse processo de transposição metafórica. Segundo o filósofo alemão, a passagem do sensível para o espiritual não indicaria um processo teleológico e sim o esquecimento de que não há linguagem que não seja figurativa, inclusive a noção de verdade, de modo que as pretensões discursivas da filosofia no trato com a realidade encontram nessa crítica uma limitação. Logo, o argumento de Nietzsche a favor da impossibilidade de se conhecer a realidade por meio da linguagem encontra em sua definição de metáfora um dos principais fundamentos.

Em contrapartida, encontramos em Paul Ricoeur uma resposta a essa visão. Enquanto Nietzsche abre mão de um elemento primordial para o funcionamento da metáfora, a saber, o componente semântico, Ricoeur, em consonância com as novas teorias da metáfora que surgem no século XX, que tratam a metáfora como *enunciado* e não mais como *palavra*, defende ser justamente a abertura semântica seu principal atributo. Entendemos, portanto, que tais interpretações são antagônicas em decorrência das implicações relacionadas à definição de metáfora em cada autor.

Assim, defendemos que o movimento operado por Nietzsche resulta em uma interpretação redutora, ao passo que, em Ricoeur, há uma intensa ampliação de sentido, até mesmo sendo possível repensar a noção de verdade, agora ela mesma metafórica. Isso porque o choque semântico proporcionado pela metáfora cria uma tensão entre o *é* e o *não é*, dando vazão a um novo referente. Nossa hipótese, portanto, é de que se levarmos em consideração o componente semântico ignorado por Nietzsche, outra relação entre metáfora e verdade pode surgir.

Palavras-chave: Metáfora. Linguagem. Realidade. Filosofia. Discurso.

Bibliografia

NIETZSCHE, F. *Curso de Retórica*. Tradução: Thelma L. da Fonseca. In: *Cadernos de Tradução*, n. 4. São Paulo: DF/USP, 1999.

_____. *Sobre Verdade e Mentira no sentido extramoral*. Tradução: Fernando Moraes de Barros. São Paulo: Hedra, 2012.

RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *Do texto à ação: Ensaio de Hermenêutica II*. Tradução: Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Portugal: Porto Rés Editora, 1989.

O que é cultura: Uma investigação sobre *Bildung* e *Kultur* nos primeiros escritos de Nietzsche

Rayssa das Graças Magalhães Fonseca

Mestranda em Filosofia na UFSJ

Bolsista da FAPEMIG

<https://lattes.cnpq.br/5310143107957927>

rayssamgf2010@hotmail.com

44

Friedrich Nietzsche (1844-1900) pode ser lido como um filósofo da cultura desde seus primeiros escritos. Ao longo de sua vida intelectual, debruçou-se sobre aspectos fundamentais ao que ele denominou cultura. A obra *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino* (1872) e a terceira extemporânea *Schopenhauer educador* (1874) possuem considerações complementares e permitem um estudo acerca das reflexões do contexto cultural e educacional da Alemanha no século XIX. Dentro de sua perspectiva, o filósofo aborda conceitos que se tornam fundamentais a sua conceituação “total” de cultura. São alguns deles: *Bildung*, *Kultur*, Gênio e Erudito.

Em uma tradução recente das obras supracitadas, o termo *Bildung* foi interpretado como "cultura". Na leitura dos textos originais através do arquivo “Nietzsche Source” podemos encontrar relações possíveis do conceito a essa tradução, além de uma abertura para também repensá-la. De maneira particular, podemos observar a interpretação de *Bildung* nos trabalhos da primeira fase de Nietzsche, visto que a palavra não possui um correlato direto com o português. Pretendemos analisar os conceitos abordados e seus desenvolvimentos na análise cultural de Nietzsche, comparar os escritos na ferramenta *Nietzsche Source* com suas traduções, apresentar as potenciais definições para o conceito de *Bildung* e tratar a diferença e a relação entre *Bildung* e cultura (*Kultur*).

Em nossas considerações, *Bildung* não compreende toda a definição de cultura, mas faz parte dela. Está relacionada ao cultivo de si e ao trabalho sobre a cultura mesma, os valores e o espírito. Submeter-se a *Bildung* faz parte da consagração a uma cultura autêntica. Um exercício que transborda as noções educacionais da época de Nietzsche e introduz em seu trabalho o conceito de *Bildung* como intercepção à cultura. Para essa

tarefa realizaremos uma revisão bibliográfica cuidadosa dos textos traduzidos e originais, com o auxílio de dicionários da língua alemã.

Pretendemos encontrar a melhor posição a respeito da *Bildung* em Nietzsche e sua relação com outros conceitos, já citados. Encontrar qual a denominação de cultura, sua definição e sua relação com a *Bildung* permite a compreensão das críticas do filósofo a estrutura cultural alemã do século XIX, continuada durante a modernidade e parte das bases culturais da atualidade.

Palavras-chave: Cultura. Formação. Cultivo. Educação.

Bibliografia

DIAS, R. *Nietzsche, vida como obra de arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KELLNER, D. A crítica de Nietzsche à cultura de massa. *Famecos*, Porto Alegre, n. 13, pp. 12-22, dez. 2000.

NIETZSCHE, F. *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino*. 7. ed. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC Rio/Edições Loyola, 2014.

_____. *III consideração intempestiva: Schopenhauer Educador*. 7. ed. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC Rio/Edições Loyola, 2014.

_____. *Ueber die Zukunft unserer Bildungsanstalten*. Disponível em: nietzschesource.org. Último acesso em: 31 mai. 2024.

_____. *Unzeitgemässe Betrachtungen: Schopenhauer als Erzieher*. Disponível em: nietzschesource.org. Último acesso em: 31 mai. 2024.

Além de Nietzsche: a crítica do *amor fati* na obra de Léon Chestov

Antônio Pedrosa Castellar Pinto

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista do CNPQ

<http://lattes.cnpq.br/6908333733307685>

antoniocastellar@gmail.com

46

A influência de Nietzsche sobre os existencialistas é inegável. Léon Chestov, filósofo russo, por sua vez, também é considerado precursor do existencialismo, mesmo sua obra sendo relativamente desconhecida; e seus escritos, da primeira metade do século XX, estão fortemente fundamentados em conceitos nietzscheanos. Denominando-se um defensor mais aguerrido da filosofia da vida do que Nietzsche, Chestov procede, em *Atenas e Jerusalém*, à crítica do *amor fati*, conceito chave do alemão. Pela relevância de Chestov para o existencialismo e por sua filosofia ser pouco conhecida, este trabalho justifica-se. Seu objetivo consiste na explicação da referida crítica a Nietzsche.

Para realizar sua crítica, Chestov estabelece, primeiramente, um novo modo de pensar. Segundo ele, desde sua criação, na Grécia, o problema da filosofia seria o entendimento da “liberdade” como conhecimento das leis da necessidade, no que ele via uma submissão ao fato. Mesmo durante a Idade Média, quando se procurou unir fé e filosofia, Chestov argumenta ter havido uma submissão da fé à mentalidade grega. A mentalidade abraâmica, que prioriza a fé sobre o conhecimento, teria sucumbido à mentalidade helênica, por meio da escolástica.

Nisso estaria o erro basilar da filosofia, ao subjugar a fé – espécie de sinônimo para “ingenuidade” – às leis do mundo. Para um Deus onipotente, não existem leis a serem conhecidas para a aquisição da liberdade. Essa se operaria pela fé ingênua, que acaba por dar premência à vontade individual sobre a realidade, na crença do milagre. De acordo com o filósofo russo, a busca pelas leis da necessidade representaria a anulação da vontade dos sujeitos. Por essa anulação, Chestov entende uma valorização da morte sobre a vida. Uma filosofia inspirada na mentalidade abraâmica estaria mais próxima da vida, por negar a superioridade da necessidade sobre o sujeito: nisso consiste sua crítica ao

amor fati, sintoma da fraqueza de Nietzsche, ao procurar apropriar-se da necessidade como positividade.

Como ocorreu com outros da *intelligentsia* russa da chamada Idade de Prata, Chestov foi relegado a considerável ostracismo. Os anos mais repressores que sucederam a revolução excluíram muitos autores do rol oficial. A partir da década de 1960, contudo, certa liberalidade passou a ser introduzida na URSS, o que fez circular autores esquecidos. Esses autores serviram de insumo a questões filosóficas por que passava o país. Sua crítica ao *amor fati* pode ser interpretada como representação de problemas existenciais vividos pela população do período soviético tardio, sobretudo no que concerne à categoria de “sujeito”.

Palavras: Nietzsche. Chestov. *Amor fati*. Idade de Prata. URSS tardia. Sujeito.

Bibliografia

CHESTOV, L. *Athènes et Jérusalem*. Aslon, França: Le Bruit Du Temps, 2011.

MEAD, I.; SJEKLOCHA, P. *Unofficial Art in the Soviet Union*. Berkley & Los Angeles: University of California Press, 1967.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A “pré-história” e a ciência da ideologia: do jovem Marx a Žižek com Althusser

Davi Dias Ribeiro Arantes

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8035910409464339>

davidias0102@hotmail.com

48

O presente trabalho busca traçar um breve panorama sobre o conceito de ideologia trabalhado por Marx e pelo marxismo. Em seus escritos de juventude, anterior ao corte de 1845 (Althusser, 2015), Marx apresenta uma noção de ideologia próxima a alienação nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844; no período do corte, em *A ideologia alemã* (Engels; Marx, 2007), o conceito ganha um outro significado: a ideologia passa a ser entendida como determinada pela vida material e responsável pela inversão do mundo concreto; já na fase madura de Marx, que permite o entendimento, como proposto por Althusser, do marxismo como ciência, que oferece a compreensão do capitalismo, suas formas sociais e determinações, e não apenas uma visão de mundo (Althusser, 2015). Em *O capital*, a discussão pode ser encontrada no debate sobre o fetichismo da mercadoria e a noção de ideologia não surge mais como uma falsa consciência, mas reconhecendo um aspecto de realidade da ideologia, uma vez que o capitalismo engloba as próprias falsidades.

Do que se chamou como “marxismo ocidental”, o grande representante no que diz respeito a ideologia é György Lukács. Ao examinar o problema da ideologia, esse autor buscou uma certa conexão ontológica com o ser social, a classe trabalhadora com um “privilegio ontológico” no que diz respeito à verdade, e uma noção de fetichismo que cumpre a tarefa de esconder a realidade por meio dos fenômenos do capitalismo. Althusser, por sua vez, promoveu um avanço na teoria marxista ao propor uma nova leitura de Marx e, a partir das contribuições da psicanálise, buscou elaborar uma teoria da ideologia em geral, com a noção de indivíduos se transformando em sujeitos, o conceito de interpelação e os Aparelhos Ideológicos de Estado, para pensar a (re)produção do

capitalismo a partir de uma materialidade da ideologia, por meio de práticas concretas reiteradas.

Enfim, no âmbito do que pode se chamar de “novo” marxismo, destaca-se Slavoj Žižek, que elaborou um novo entendimento de ideologia, com as contribuições de Althusser, porém além (Žižek, 1996). A partir de Lacan, Žižek compreende o conceito de ideologia estando próximo ao conceito de fantasia, sendo necessária para sustentação da realidade. Em consequência, uma crítica nova a ser formulada, uma vez que não é mais possível falar em conhecimento do Real ou de um sujeito fora da ideologia. Destaca-se que Žižek avança no debate do materialismo da ideologia, propondo um materialismo do simbólico (Žižek, 2013).

Palavras-chave: Ideologia. Marxismo. Psicanálise. Louis Althusser. Slavoj Žižek.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, G. Il Problema dell' ideologia; Il lavoro come posizione teleológica; Il momento ideale nell'economia. In: _____. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Editori Riuniti, 1981, p. 335-378; 445-555.

ŽIŽEK, Slavoj. *Less than nothing: Hegel and the shadow of dialectical materialism*. London: Verso, 2013.

_____. O espectro da ideologia. In: _____. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.

Hume e a ciência dos modernos: a defesa da ciência moderna contra uma investida contemporânea

Daniel Nascimento de Almeida

Mestrando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3564072261550178>

nascimentodaniel181@gmail.com

50

Hume tem muito a dizer sobre o fazer filosófico. Tanto na abertura de sua obra de juventude, *Tratado da Natureza Humana*, quanto de sua obra de maturidade, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, estão expostas suas principais pretensões de oferecer um conjunto de ferramentas intelectuais para o aperfeiçoamento do conhecimento e da Ciência do Homem. Com isso em vista, esta comunicação tem como objetivo investigar o modo como Hume se propõe a analisar e determinar no que consiste o fazer filosófico atribuído ao filósofo das Ciências Morais. Dessa maneira, a proposta de Hume será considerada enquanto uma tentativa de trazer para o âmbito de estudo das Ciências Morais o mesmo rigor e prestígio alcançado no domínio das Ciências Naturais pelos filósofos da natureza.

Sobre essa tentativa de transposição metodológica, o comentador Barry Stroud ganha destaque, uma vez que ele apresenta posições favoráveis à interpretação naturalista da filosofia de Hume, isto é, ele considera que Hume toma como fundamentos da Filosofia Natural o método experimental de raciocínio moderno e a filosofia de Newton. Por conseguinte, de acordo com a posição de Stroud, o projeto de Hume alcança seu ápice ao tentar aperfeiçoar o campo de estudos dos assuntos humanos por meio da transposição das vantagens de um âmbito de estudos (da Filosofia Natural) para outro (da Filosofia Moral).

Em contrapartida, conforme aponta a comentadora Jacqueline Taylor (2015, p. 7), o comentador John Passmore se posiciona contra isso, na medida em que ele parte de uma leitura contemporânea da ciência para formular críticas à proposta de Hume de se fundar uma Ciência do Homem baseada no método experimental de raciocínio. Resumidamente, Passmore argumenta que as propostas ditas experimentais de Hume são completamente

artificiais e não podem ser chamadas de ciência. Dessa forma, Passmore entende que Hume não pode se colocar como um filósofo experimental, pois de acordo com sua perspectiva Hume não faz uso de experimentos concretos para fundamentar seu projeto filosófico.

Diante desse breve escopo, esta comunicação busca enfatizar que é preciso levar em conta que não seria razoável abordar o tema do método experimental da ciência moderna empregado por Hume a partir da perspectiva da ciência contemporânea, porque a ciência moderna é essencialmente distinta da ciência contemporânea. Portanto, compreender a concepção de método experimental da ciência moderna pela perspectiva de Hume é substancial para que falsas simetrias e equívocos sejam evitados.

Palavras-chave: David Hume. Filosofia Moral. Filosofia Natural. Método experimental.

Bibliografia

HUME, D. *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____. *Tratado da Natureza Humana*. 2. ed. Tradução: Déborah Danowski. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PASSMORE, J. A. *Hume's Intentions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1952.

STROUD, B. *Hume*. London: Routledge, 1977.

TAYLOR, J. A. *Reflecting Subjects Passion, Sympathy, and Society in Hume's Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2015.

Ética corporificada: a leitura butleriana do amor no jovem Hegel

Michele Teixeira Bonote

Doutoranda em Filosofia na UFABC

Bolsista da FAPESP

<http://lattes.cnpq.br/1932947206200773>

michelebonote@hotmail.com

52

Desde a publicação de sua tese de doutorado, *Sujeitos do desejo* (1987), Judith Butler se ocupa em pensar a questão do sujeito e seu processo de formação. Em *Problemas de gênero* (1990), Butler realiza esse movimento ao criticar o sujeito “mulheres” da teoria feminista. Ao questionar a noção de sujeito como substância, Butler mostra que gênero e sexo não estão dados na natureza, mas participam de uma grade de inteligibilidade da vida social que enquadra quem pode e quem não pode ser reconhecido como sujeito. Em *A vida psíquica do poder* (1997), ela explicita essa questão através de teorias da sujeição. A figura do poder que “dá vida” ao sujeito revela-se com a imagem de uma volta contra ou sobre si mesma realizada através de atos de autocensura, ou seja, ser um sujeito implica sujeitar-se às normas.

Como, então, pensar a resistência às normas? Se suas obras dos anos 1990 se caracterizavam pelo questionamento da normatividade, a partir dos anos 2000 seria possível identificar uma abertura para questões éticas. Porém, isso não indica um abandono da crítica às narrativas filosóficas que negam o próprio processo de instituição do sujeito como ficcional. Ao contrário, sua contribuição nesse campo reside em mostrar como a ética se torna violenta quando falha em oferecer formas de vida possíveis de serem apropriadas. Em *Relatar a si mesmo* (2005), Butler pergunta: é possível dar um relato de si? Em que consiste esse ‘eu’? E como ele pode se apropriar da moral?

Em *Os sentidos do sujeito* (2015) – livro sobre o qual nos debruçaremos nesta comunicação –, Butler continua a investigação, agora, articulada à dimensão das sensações e das experiências subjetivas imediatas do sujeito, que rompem qualquer pretensão de universalidade em sua constituição. Aqui, ela continua a questionar a autoridade da voz narrativa do sujeito, nos indicando seu estatuto interdependente e vulnerável, ao mesmo tempo em que desenvolve um pensamento corporificado sobre sua

capacidade de agência. Dado esse contexto, o objetivo da comunicação é explorar através do artigo “Sentir o que é vivo no Outro: o primeiro amor de Hegel”, o conteúdo e a forma do pensamento hegeliano sobre o amor. Individualidade, comunidade, propriedade, religião, casal e dança. Esses são os caminhos que percorremos para compreender como amamos objetos mortos e de que forma subvertemos essa narrativa. Ao realizar uma leitura performativa de textos do jovem Hegel, Butler concebe o sujeito como despossuído e desenvolve uma ética responsável e corporificada.

Palavras-chave: Sujeito. Ética. Amor. Hegel.

Bibliografia

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Os sentidos do sujeito*. Coordenação de tradução: Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Subjects of desire: Hegelian reflections in twentieth-century France*. New York: Columbia University Press, 1987.

Capital e trabalho na economia do prazer de Kant

Nicolau Henrique Pereira da Silva Batista

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4275056449779700>

nhpsbatista@hotmail.com

54

Os dois principais objetivos do presente trabalho são: a demonstração de uma economia do prazer implícita na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* de Immanuel Kant, e uma subsequente análise desta a partir dos materialismos de Georges Bataille e Nick Land, de modo a explicitar suas semelhanças com a economia capitalista.

A primeira indicação da possibilidade de uma abordagem econômica do prazer em Kant está presente no tratamento que o autor dá ao par prazer/desprazer sensíveis em termos quantitativos (Kant, 2006, p. 119). A segunda indicação dessa possibilidade está na instauração de uma “máxima capital” (*ibid.*, p. 125) quanto à fruição dos prazeres sensíveis, a saber, o de desfrutá-los sempre de modo a acumular mais desses tanto quanto possível. A necessidade, porém, de uma economia como esta se dá no risco do que Kant chama de “morte de júbilo” (*ibid.*, p. 121), o resultado da ultrapassagem dos limites do prazer sensível. Assim, é preciso dosar as quantidades de prazer e desprezer de modo que se possa acumular o máximo daquele sem correr o risco da morte de júbilo.

A ponte que leva do prazer kantiano à economia capitalista é o texto *Delighted to death*, de Nick Land, onde o autor compara brevemente a acumulação de capital no século XVIII com a acumulação de prazer proposta por Kant como uma máxima. Entretanto, é só com a descrição batailleana da burguesia (Bataille, 2020, p. 28) que se chega a destrinchar as filiações políticas implícitas da teoria kantiana do prazer. O princípio da perda – que, segundo Bataille, é um princípio de economia geral – é evitado tanto por Kant quanto pela classe dominante no regime do capital.

Lyotard mostrou que toda economia política é uma economia libidinal; através dos conceitos da economia geral de Bataille e da análise landiana do prazer em Kant, é possível mostrar que a economia libidinal kantiana é uma economia política, a saber, a do capital.

Palavras-chave: Kant. Capitalismo. Economia. Libido. Prazer.

Bibliografia

BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”*. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

KANT, I *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução: Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

LAND, N. Delighted to death. In: _____. *Fanged noumena*. New York: Urbanomic, 2011, pp. 123-124.

Teatro das Paixões: a crítica de Elisabeth da Boêmia à moral cartesiana

Mary Emily Mattoso Silva Suzano

Mestranda em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/8666278856141079>

marymattoso@aluno.puc-rio.br

56

Na terceira parte de seu *Discurso do Método* (1637), Descartes evoca a imagem do teatro quando diz procurar ser mais como um espectador do que como um ator em todas as comédias representadas no mundo (1983, p. 52). Mais tarde, em 1645, em sua correspondência com Elisabeth da Boêmia, Descartes recorre novamente à figura do espectador de teatro para ilustrar o bom procedimento relativo às paixões. Da mesma forma que as tragédias nos fornecem tanto entretenimento quanto as comédias, os acontecimentos tristes e felizes de nossas vidas devem ser tratados com esse mesmo afastamento; e as grandes almas encontram satisfação em toda sorte de acontecimentos, sejam eles bons ou ruins (Cardoso; Ferreira, 2001, p. 56). Podemos caracterizar a moral cartesiana enquanto heroica e aristocrática, pois “funda-se no uso que uma aristocracia presente dentre nós faz das paixões, do discernimento e da vontade, a ponto de seus representantes destacarem-se dos demais, tornando-se dignos de glória” (Figueiredo, 2021, p. 37).

Elisabeth demonstra certa reticência ao concordar com essa postura cartesiana. Em uma posição diferente daquela de Descartes, ela parece não proceder com suas paixões como o espectador de uma tragédia, mas sim como as personagens que, confinadas ao interior da narrativa, não possuem escolha senão padecer com as paixões. Por vezes, ela expressa uma dificuldade em desviar sua atenção das paixões que a perturbam, a inevitabilidade da vida prática é difícil de contornar e, por vezes, ela precisa de muito tempo para se recuperar das adversidades continuamente apresentadas a ela. Suas dificuldades emergem da experiência de um corpo “imbuído duma grande parte das fraquezas do meu sexo”, muito suscetível às paixões e de um ambiente que contribui muito para tal (Cardoso; Ferreira, 2001, p. 58).

Para Elisabeth, as contingências da vida e do corpo ultrapassam a resolução cartesiana de elevação moral pelo exercício da vontade. Para ela, algumas paixões conduzem a boas ações, e as muito excessivas não podem ser submetidas à razão (Cardoso; Ferreira, 2001, p. 99). Sua posição indica, ainda, que ao contrário do que sugeriam os neo-estoicos de sua época, não seria necessário eliminar completamente as paixões (Shapiro, 2007, p. 30). Percebemos, então, uma disputa acerca da moral, no interior das correspondências entre Elisabeth e Descartes. Com o avanço desta pesquisa, planejo demonstrar que as cartas ilustram um deslocamento moral em curso durante o século XVII, marcado pelo declínio do herói clássico.

Palavras-chave: René Descartes. Elisabeth da Boêmia. Filosofia Moral. Paixões.

Bibliografia

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Coleção Os Pensadores, 3. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.

CARDOSO, A.; FERREIRA, M. L. R. (Org.). *Medicina dos Afetos. Correspondência entre Descartes e Princesa Elisabeth da Boêmia*. Tradução: Inês Cardoso e Paulo de Jesus. Revisão científica por Adelino Cardoso e Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Oeiras: Celta Editora, 2001, pp. 56-99.

SHAPIRO, L. Introduction. In: DESCARTES, R., Elisabeth of Bohemia, Princess Palatine. *The Correspondence between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes*. Edited and translated by Lisa Shapiro. Chicago: University of Chicago Press, 2007, pp. 1-51.

FIGUEIREDO, V. *A paixão de igualdade: genealogia do indivíduo moral na França*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

A virtude da humildade intelectual nos *Ensaio*s de Montaigne

Anna Carolina Velozo Nader Temporão

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4437604591802647>

carolinavelozo@gmail.com

58

A obra *Ensaio*s de Michel de Montaigne, publicada em diversas edições a partir de 1580, permanece um marco na literatura filosófica, oferecendo um olhar profundo sobre a condição humana através da perspectiva de um dos mais influentes pensadores da Renascença. Entre as numerosas virtudes que Montaigne explora em seus escritos, a humildade intelectual se destaca como um tema recorrente e de particular relevância. Neste trabalho, busco explorar a concepção de Montaigne sobre a humildade intelectual, destacando como essa virtude permeia sua reflexão filosófica e como se relaciona com os debates contemporâneos na Epistemologia das Virtudes.

A humildade intelectual, compreendida como o reconhecimento das limitações do próprio conhecimento e uma abertura para aprender com os outros, é especialmente pertinente em nossa era, marcada pelo acesso sem precedentes à informação e, simultaneamente, pela disseminação de desinformação. A relevância dessa virtude para a filosofia contemporânea, particularmente dentro da epistemologia das virtudes, motiva uma investigação detalhada de sua tratativa nos *Ensaio*s de Montaigne. Ao analisar passagens selecionadas dos *Ensaio*s, destacamos como Montaigne antecipa discussões presentes na epistemologia das virtudes, enfatizando a importância da consciência das limitações pessoais e da abertura ao outro como elementos chave para a busca pela verdade.

Este estudo se justifica não apenas pela necessidade de compreender melhor as raízes históricas e filosóficas da humildade intelectual, mas também pelo potencial de aplicação desses *insights* à prática filosófica, educacional e ética atual. Ao conectar as ideias de Montaigne com a literatura contemporânea sobre virtudes intelectuais, este trabalho visa contribuir para um diálogo enriquecedor entre a filosofia renascentista e a

moderna, oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre a importância da humildade no desenvolvimento do conhecimento e do caráter.

Dessa forma, este estudo pretende revelar como a perspectiva de Montaigne pode enriquecer nosso entendimento contemporâneo da humildade intelectual, oferecendo *insights* valiosos para questões epistemológicas, éticas e educacionais. Propomos, assim, uma reflexão sobre a importância dessa virtude, tanto em contextos acadêmicos quanto na vida cotidiana, sublinhando a relevância persistente de Montaigne para a filosofia moderna e a prática reflexiva.

Palavras-chave: Montaigne. Humildade Intelectual. Epistemologia das Virtudes. Filosofia Renascentista. Epistemologia Contemporânea.

Bibliografia

CHURCH, I.; SAMUELSON, P. *Intellectual Humility: An Introduction to the Philosophy and Science*. Londres (Reino Unido) e Nova Iorque (Estados Unidos da América): Bloomsbury Academic, 2017.

MONTAIGNE, M. *Essais I*. Paris (França): Éditions Gallimard, 1965a.

_____. *Essais II*. Paris (França): Éditions Gallimard, 1965b.

_____. *Essais III*. Paris (França): Éditions Gallimard, 1965c.

TEMPORÃO, A. C. *Epistemologia das Virtudes: A virada ética da filosofia contemporânea*. 2022. Dissertação de Mestrado (Departamento de Filosofia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Montaigne e a inauguração de um novo método de escrita para a Filosofia e para a Literatura: o Ensaio

Olívia Scarpari Bressan

Doutoranda em Letras na UFPR

Bolsista da CAPES-PROEX

<http://lattes.cnpq.br/2685100531473959>

oliviascarpari@gmail.com

60

Depois de uma intensa carreira como juriconsulto, Montaigne decide se aposentar para viver o ócio contemplativo. Dez anos depois de seu retiro da vida pública, lança a primeira edição dos seu célebre *Ensaio*s (1572). A partir de então, propõe um novo formato para veicular o fazer filosófico – o ensaio –, investindo em um estilo marcadamente autobiográfico, escrevendo e reescrevendo seus textos, o que torna os Ensaio)s um palimpsesto em constante transformação, uma obra aberta de infinita exegese.

Montaigne influencia a filosofia moral através da proposição do exercício de autoinvestigação, além de ter um grande impacto na Literatura em sua dimensão de autorialidade. Assim, este trabalho se justifica pela proposição de uma reflexão sobre as contribuições de um multifacetado Michel de Montaigne e seus *Ensaio*s tanto para o campo filosófico quanto para o literário. O objetivo aqui é suscitar um intercâmbio de ideias sobre o filósofo bordelense que possa ser proveitoso para ambas as áreas de conhecimento.

Para tanto, analisamos alguns dos ensaios escritos pelo autor, e propomos, a partir de nossa leitura, *tentativas* de categorização que levam em conta os aspectos ético e estético desses textos. São eles: 1) a inauguração de uma escrita filosófica que não teme colocar-se em primeira pessoa, o que torna Montaigne a primeira figura de subjetividade da Filosofia; 2) o *exagium* cético que influencia sua avaliação da realidade nos *Ensaio*s; 3) a balança que pende para o lado do leitor e que convoca uma participação ativa deste durante o contato com os textos; 4) a escrita e a reescrita do autor que faz da obra de Montaigne um experimento aberto e polissêmico; 5) a utilização de um método de citações que lembra o de uma colagem, misturando autoridades em uma curiosa

uniformidade de *status*; 7) a proposição de uma escrita filosófica em ato em lugar de uma premeditação reflexiva.

Para embasar as categorias propostas, utilizamos as bibliografias de Birchall (2007) a fim de tratar da escrita subjetiva em Montaigne; Desan (2022), que nos apresenta estratégias marcadamente modernas na escrita do autor; Starobinski (1993) para pensar a poética de palimpsesto que faz com que a obra do filósofo francês esteja em constante movimento e Azar Filho (2009), que contribui para a reflexão sobre o ceticismo na obra de Montaigne.

Palavras-chave: Ensaio. Subjetividade. Ceticismo. Escrita. Literatura.

Bibliografia

AZAR FILHO, C.M. *A filosofia de Montaigne*. Introdução ao pensamento renascentista. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2009.

BIRCHAL, T. *O eu nos ensaios de Montaigne*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DESAN, P. *La modernité de Montaigne*. Paris: Odile Jacob, 2022.

STAROBINSKI, J. *Montaigne em Movimento*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MONTAIGNE, M. *Ensaaios*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.

Leibniz leitor de Locke: o problema da identidade pessoal no *Novos Ensaios*

Francisco Gabriel da Alexandria Pires

Doutorando em Filosofia na UFRJ-PPGLM

Bolsista da FAPERJ

<http://lattes.cnpq.br/3891765698783554>

piresalexandria@gmail.com

62

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns argumentos de Gottfried Leibniz contra às críticas que a teoria da identidade pessoal de John Locke recebeu em sua recepção imediata. Essas críticas consolidaram a abordagem e a leitura sobre o problema da identidade pessoal em Locke, e, dessa forma, a inclinação a interpretar o termo “pessoa” em Locke como um tipo de padrão para descrever a continuidade temporal da consciência, substituível simplesmente por “ser humano” ou “coisa pensante”. Essa interpretação ignora a definição de pessoa do capítulo XXVII, § 26, do *Ensaio* como um termo, sobretudo, forense. Portanto, ignora sua conotação de responsabilidade moral e jurídica.

Esses críticos têm como ponto em comum a interpretação segundo a qual a memória constitui-se como o principal critério para a continuidade da pessoa ao longo do tempo e atribuem essa posição também a Locke. Podemos destacar entre esses críticos Joseph Butler, o primeiro a apontar a circularidade da teoria de Locke, uma vez que a memória não poderia servir como critério para a identidade pessoal, pois, a memória pressupõe a identidade pessoal; George Berkeley, que critica a inconsistência; e Thomas Reid, que criticou a intransitividade da identidade pessoal assentada na memória.

Por outro lado, podemos encontrar não apenas apoiadores contemporâneos que enfatizaram corretamente o peso da identidade moral na teoria da identidade pessoal lockeana, tal como Edmund Law (1703-1787) no seu *A Defence of Mr. Locke's Opinion Concerning Personal Identity* (1769), mas também um crítico, como Leibniz, que, apesar de sustentar posições diametralmente opostas as de Locke, por exemplo no que tange à



substância, não deixa de reconhecer o vínculo entre identidade pessoal e “identidade moral”.

Ao reconhecer o peso do aspecto forense ou “moral” na teoria lockeana da identidade pessoal, Leibniz corretamente entende que o problema da falta de objetividade da memória, ou em outras palavras, o problema do esquecimento, pode ser contornado por algumas soluções anteriormente propostas por Locke. Desta forma, pretendemos demonstrar que a leitura de Leibniz responde à grande parte das objeções da recepção imediata do texto.

Palavras-chave: Identidade pessoal. Consciência. Memória. Substância.

Bibliografia

BERKELY, G. Alciphron: or the Minute Philosopher, *In: BERKELEY, G. Philosophical Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1732].

BUTLER, J. *The Analogy of Religion, to the Constitution and Course of Nature*. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co, 1873.

LEIBNIZ, G. *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. 5. ed. Tradução: Eduardo Abranches Soveral. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

REID, T. *Essays on the Intellectual Powers of Man*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002 [1785].

O que são desacordos profundos?

Paloma de Souza Xavier

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8121675999839528>

palomasouzaxavier@gmail.com

64

Desacordos certamente não são novidade na história da filosofia. No entanto, quando se trata de certezas fundamentais, o desacordo assume uma dimensão diferente. Participantes de discordâncias sobre certezas fundamentais divergem nas crenças mais essenciais, resultando em visões de mundo quase ou completamente distintas. Esse tipo de discordância envolve questões tão significativas que os envolvidos mantêm suas convicções de forma inabalável, não as abandonando por nenhuma razão.

Certezas fundamentais aqui são o que Wittgenstein chama de certezas fulcrais, conceito abordado em *Sobre a Certeza* (1969). Elas são proposições das quais raramente falamos, mas que são fundamentos para nosso sistema de crenças. Wittgenstein nos apresenta um exemplo de desacordo entre certezas fulcrais. No exemplo do §92, G.E Moore encontra-se com um rei que acredita que a terra nasceu com ele. Fogelin (1985,2005) defende que esse é um desacordo profundo, um tipo peculiar de desacordo que não pode ser resolvido por meio da razão.

Essa posição de Fogelin é denominada pessimista. Por outro lado, há os otimistas, que defendem que desacordos profundos podem ser resolvidos por via racional. Entretanto, a própria noção de desacordos profundos defendida é problemática, uma vez que, se os discordantes não compartilham de um solo comum, um desacordo não seria possível, isso ocorre porque, para que seja possível um desacordo em algum ponto, é necessário que os discordantes encontrem algum tipo de convergência.

Portanto, nosso objetivo é apresentar o conceito de desacordos profundos e investigar três questões principais: 1) se a noção de desacordos profundos proposta por Fogelin se sustenta; 2) se desacordos sobre certezas fulcrais são realmente desacordos profundos; e 3) se os desacordos profundos são comprometidos pela ruptura comunicacional.

Palavras-chave: Desacordos profundos. Certezas fulcrais. Pano de fundo. Ruptura comunicacional.

Bibliografia

FOGELIN, R. The Logic of Deep Disagreements. *Informal Logic*, v. 7, n. 1, pp. 3-11, 1985.

WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. *Da Certeza*. Tradução: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2022.

Definições filosóficas: das definições reais às listas de multicritérios

Elan Moises Marinho da Silva

Doutorando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/6871075681889024>

elanmarinho@hotmail.com

66

É inegável que definir é uma das atividades principais de qualquer filósofo. Dessa maneira, é importante que os filósofos entendam o que são definições e seus objetivos ao definir. Locke (1689) traçou uma distinção famosa entre definição real e nominal. Uma definição real visa captar a essência daquilo que se quer definir. Uma definição nominal, por sua vez, visa captar tudo aquilo que associamos a uma palavra e ao seu uso. A definição nominal é semelhante à definição do dicionário, que visa dar ao leitor informação suficiente sobre o uso de uma palavra para que ele possa utilizá-la no cotidiano.

Todas essas definições podem ser formuladas como descrições. Nesse sentido, podem ser definições descritivas, com a forma “X é Y”, que podem ser adequadas em extensão, intensão ou em sentido (Gupta; Mackereth, 2023). Na filosofia analítica, também é comum definir algo em termos de condições necessárias e suficientes (Brennan, 2024). Para representar esse tipo de definição, utilizamos um condicional. Podemos dizer, por exemplo, que “se S é uma pessoa, então tem direitos”. Logo, ser uma pessoa é condição suficiente para ter direitos, porque é o que basta para que S tenha direitos. Pelo mesmo condicional, podemos dizer que ter direitos é condição necessária para ser uma pessoa, porque é o que é preciso para ser uma pessoa.

Por outro lado, nem sempre os filósofos concordam com uma definição real de um conceito. O conceito de pseudociência, por exemplo, está amplamente aberto à disputa na filosofia da ciência. Nesse caso, para podermos ter uma discussão minimamente frutífera sem precisarmos chegar a um consenso sobre a definição real de um conceito, podemos utilizar uma definição por lista de multicritérios. Isso é o que Hansson (2008) propõe sobre o conceito de pseudociência. Em uma lista de multicritérios, nem todos os elementos precisam ser satisfeitos para que ela seja adequada. Ela só precisa ser

suficientemente precisa para permitir o debate filosófico sem que precisemos de uma definição real de antemão.

Diante disso, defendo que definições reais (estejam na forma de descrição ou de condicionais) estão mais próximas do principal objetivo filosófico ao definir, que é o de captar a essência de algo. Em contrapartida, defendo também que outros tipos de definição também podem ser úteis para a atividade filosófica, como a definição por lista de multicritérios.

Palavras-chave: Definições. Metafilosofia. Condicionais. Essência. Lista de Multicritérios.

Bibliografia

BRENNAN, A. Necessary and Sufficient Conditions. *In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (eds.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy.* Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/necessary-sufficient/>>. Acesso em: 31/05/2024.

GUPTA, A.; MACKERETH, S. 2023. Definitions. *In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (eds.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy.* Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/definitions/>>. 2023. Acesso em: 31/05/2024.

HANSSON, S. O. Science and Pseudo-Science. *In: ZALTA, E. N. The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição 2021), 2008. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/pseudo-science/>>. Acesso em 31/05/2024.

LOCKE, J. *An Essay concerning Human Understanding.* Oxford: Oxford University Press, 1975 [1689].

SEARLE, J. R. Proper names. *Mind*, v. 67 (266), pp. 166-173, 1958.

Três variedades de fecho causal do mundo físico e seus problemas

Renan Vieira de Sá Jardim

Doutorando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/4165573660137248>

renandesaj@gmail.com

68

Este trabalho pretende criticar a viabilidade do princípio do fecho causal do mundo físico (FCF) como premissa relevante para a exclusão de causas não microfísicas ou de causas em níveis superiores da natureza. A justificativa para tal é que, através de uma revisão do entendimento do FCF, é possível compreender que causas macrofísicas ou de níveis superiores podem, a princípio, gerar efeitos de maneiras distintas e plausíveis.

A motivação para a crítica do FCF parte dos problemas gerados pelo argumento da exclusão desenvolvido por Kim (2011, p.214) e da tese do microfísicismo ou microfísicalismo. O argumento da exclusão conclui que não é o caso que tanto entidades mentais quanto entidades físicas sejam causalmente responsáveis por um mesmo efeito. Esse raciocínio pode ser estendido para quaisquer entidades que representem uma relação entre um nível superior e um nível inferior (Schaffer, 2003, p. 508). Dessa maneira, o argumento da exclusão expõe uma competição entre entidades de níveis distintos da natureza como candidatas a causas de um mesmo efeito, proclamando como vitoriosas as entidades físicas, microfísicas ou de níveis inferiores. Consoante isso, o microfísicismo é a doutrina segundo a qual tudo aquilo que não é microfísico é composto e governado por entidades e leis microfísicas (Pettit, 1995, p. 253). Cabe ressaltar que FCF é um ponto de apoio relevante tanto para o argumento da exclusão quanto para o microfísicismo. Consequentemente, uma crítica ao FCF impacta diretamente as teses suportadas por ambos.

Três perguntas podem ser formuladas através da reflexão sobre o argumento da exclusão e o microfísicismo: (Q1) Todas as causas ocorrem, na verdade, no nível (micro) físico fundamental? (Q2) Uma vez fixadas as causas microfísicas, todas as outras causas

“vêm de graça”? (Q3) Causas não microfísicas podem gerar efeitos microfísicos (causação descendente)?

Como parte da resposta a essas três perguntas, proponho uma crítica ao FCF que se apoia em uma revisão do princípio com base na análise de três variedades do fecho, que chamo de (1) participação necessária, (2) completude causal e (3) fecho causal. Concluo, ao fim e ao cabo, que (I) nenhuma das três variedades analisadas elimina causas em níveis superiores; (II) as três variedades sugerem uma dependência de causas de níveis superiores em relação a causas de níveis inferiores que não resulta necessariamente em determinação; (III) duas das três variedades são consistentes com a causação descendente (1 e 2), e a terceira carece de boas evidências que a sustentem.

Palavras-chave: Causação. Exclusão Causal. Fecho Causal. Microfísicismo.

Bibliografia

KIM, J. *Philosophy of Mind*. Boulder: Westview Press, 2011.

PETTIT, P. Microphysicalism, doltism, and reduction. *Analysis*, Oxford, v. 55, n. 3, pp. 141-146, 1995.

SCHAFFER, J. Is there a fundamental level?. *Noûs*, Hoboken, v. 37, n. 3, pp. 498–517, 2003.

O senhor da casa-grande e o escravo da senzala: a democracia racial no Brasil enquanto certeza fulcral

Jefferson Silva de Santana

Mestrando em Filosofia na UFPE

Bolsista da FACEPE

<https://lattes.cnpq.br/2536687973344399>

jefferson.jss@ufpe.br

70

Esta apresentação dará conta da primeira parte da pesquisa de dissertação de mestrado de mesmo nome. Aqui, sustentaremos que o mito da democracia racial no Brasil pode ser enxergado enquanto certeza fulcral. Tal conceito foi cunhado por Ludwig Wittgenstein em sua obra “Sobre a Certeza” (1969). Em “Sobre a Certeza”, Wittgenstein questiona a concepção convencional de aparentes bases epistemológicas sólidas e investiga como nossas certezas fundamentais são expressas na linguagem. Nesse sentido, demonstraremos que a pretensa democracia racial brasileira, desde a sua concepção, se comporta enquanto uma certeza fulcral.

Wittgenstein defende que muitas de nossas convicções têm suas raízes em formas de vida específicas e contextos culturais. Ele ressalta a complexidade das declarações de certeza e sua estreita ligação com as práticas sociais e linguísticas. No âmago do livro, o filósofo analisa a natureza das proposições certas, explora a relação entre linguagem e conhecimento, e sugere que a confiança em nossas crenças está profundamente enraizada em nossa vivência diária.

Nesse sentido, analisaremos as raízes argumentativas que, em nossa concepção, sustentam que no imaginário popular a democracia racial se comporta enquanto uma certeza fulcral. Com destaque basilar para Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933) e toda a divulgação internacional feita por Freyre dizendo que em nossas terras haveria sim uma democracia racial, posteriormente mostraremos a partir de uma bibliografia de crítica ao mito da democracia racial como isso ocorreu em termos práticos e concretos dentro da sociedade brasileira e como repercutiu no cotidiano do povo preto.

Portanto, a presente pesquisa analisa criticamente esse mito, investigando suas origens, sua disseminação na cultura popular e seus impactos na realidade social e política

do Brasil, especialmente para as comunidades negras. Por fim, poderemos compreender como a ideia de uma democracia racial no Brasil foi minuciosamente construída dentro de uma estrutura racializada e racializante.

Palavras-chave: Democracia racial; certeza fulcral; Wittgenstein.

Bibliografia

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

WITTGENSTEIN, L. *Sobre a Certeza*. Tradução: Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo, 2023.

XAVIER, P. SILVA, M. Contra a inefabilidade das hinge propositions: uma leitura neo pragmatista. *Revista ideiação*, v. 1, n. 47. pp. 104-121, 2023.

A terapia filosófica de John McDowell em *Mente e Mundo* a partir da noção de segunda natureza

Iuri Slavov

Mestrando em Filosofia na UFABC

Bolsista da FAPESP

<http://lattes.cnpq.br/0710172022581833>

iurislavov98@gmail.com

72

Nesta comunicação, temos como objetivo contextualizar o procedimento terapêutico adotado por McDowell em *Mente e Mundo* (1996), tomando a noção de “segunda natureza” como exemplo privilegiado de tal procedimento. Para tanto, seguiremos dois passos.

Primeiro, mostraremos como o procedimento terapêutico mcdowelliano, conforme a introdução de *Mente e Mundo* e textos metodológicos como *Wittgensteinian “quietism”* (2009), é constituído de três partes: (1) a identificação do que é considerado um problema filosófico pelo(a) interlocutor(a) da terapia; (2) a explicitação das partes que compõem a posição adotada pelo(a) interlocutor(a) que impedem com que aquilo que é considerado por ele(a) como um problema filosófico possa ser solucionado através da teoria filosófica que ele(a) adota; (3) a dissolução do problema e da posição adotada ao mostrar como os termos do problema identificado podem ser rearranjados em um novo quadro conceitual não-problemático.

Em segundo lugar, visto o procedimento terapêutico, mostraremos como ele se encaixa no tratamento do problema da possibilidade da relação entre mente e mundo. Ou seja, (1) começaremos mostrando como McDowell identifica que a relação entre mente e mundo é problemática para seus interlocutores: se, por um lado, para alguns parece necessário que o mundo seja a instância última à qual podemos recorrer na justificação de nossas crenças sobre a disposição das coisas no mundo, por outro lado, alguns consideram que o mundo não pode exercer qualquer coerção normativa sobre nossa sensibilidade. Identificado o problema geral, (2) é preciso mostrar como os dois lados que dão forma ao problema dependem de uma concepção de natureza própria à cientificidade moderna, que inviabiliza as soluções propostas: nesta concepção, os impactos da natureza

e a forma de nossa sensibilidade são considerados como não conceituais e, assim, não é possível conceber uma coerção normativa do mundo sobre o sujeito. Sabendo o que impossibilita uma resolução do problema nos termos nos quais ele foi posto, (3) McDowell mostra como a adoção de uma outra concepção de natureza faz com que o problema se dissolva: se concebemos como natural ao humano a “iniciação em capacidades conceituais” (McDowell, 1996, p. 84), concluímos que nossa interação sensível com o mundo é permeada por conceitos e normativa.

Ou seja, ao concebermos o mundo como segunda natureza, chegamos a um quadro da relação entre mente e mundo que pode ser visto como uma “descoberta que traz paz à filosofia” (Wittgenstein, PU §133, *apud* McDowell, 1996, p. 86).

Palavras-chave: John McDowell. Terapia filosófica. *Mente e Mundo*. Segunda natureza.

Bibliografia

MCDOWELL, J. Wittgenstein on following a rule. *Synthesis*, v. 58, pp. 325 - 364, 1984.

_____. *Mind and World*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

_____. Wittgensteinian “quietism”. *Common Knowledge*, v. 15, n. 3, pp. 365 - 372, 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Tradução: G. E. M. Anscombe. Segunda edição bilíngue. Malden: Blackwell, 1958.

Retorno a Platão e a definição de filosofia no pensamento de Alain Badiou

Eduardo Lucas Alves Rodrigues

Doutorando em Filosofia na UFMG

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/7468889477999159>

filosofia_edrodriguez@protonmail.com

74

Esta apresentação visa a exposição da definição de filosofia elaborada por Alain Badiou a partir de sua metafilosofia, que compreende a análise intrafilosófica que parte de um "retorno a Platão" e que indica as condições e as possibilidades do próprio fazer filosófico.

Badiou em sua metafilosofia reconfigura a definição e as condições da filosofia. Para o filósofo a filosofia é um pensamento elaborado e possível somente a partir de suas próprias condições: “Afirmaremos então que há quatro condições da filosofia, a falta de uma só delas acarretando sua dissipação, bem como a emergência de seu conjunto condicionou sua aparição. Estas condições são: o matema, o poema, a invenção política e o amor” (Badiou, 1991, p. 9). Com isso, percebe-se que a filosofia se estabelece enquanto uma atividade realizada por meio de quatro procedimentos (ou condições), produzindo reflexões próprias a respeito de um objeto que fora analisado também por esses quatro produtores de verdade. Dessa forma, verifica-se que a filosofia “trata, no pensamento, do caráter compossível dos procedimentos”, empreendendo, assim, uma reflexão em “seu tempo colocando em-lugar-comum o estado dos procedimentos que a condicionam” (Badiou, 1991, p. 10).

No entanto, Badiou ressalta que a demonstração filosófica que utiliza somente de um ou outro procedimento acaba por apresentar a filosofia suturada, limitada, impedindo que o desenvolvimento de sistematicidade filosófica – única figura na qual ela pode efetivamente se realizar em sua plenitude – se torne possível. Para que a filosofia seja possível ainda em nossos tempos, Badiou propõe não somente um retorno às origens da filosofia como também a necessidade de se utilizar um gesto platônico como procedimento mesmo dessa atividade: “A primeira configuração filosófica que se propõe



a dispor esses procedimentos, o conjunto desses procedimentos, num espaço conceitual único, atestando assim no pensamento que eles são compossíveis, é a que leva o nome de Platão” (Badiou, 1991, p. 8).

Tal empreendimento de Badiou que conecta sua definição e condições da filosofia a Platão fazem parte do conteúdo que pretende-se apresentar e que foi desenvolvido no interior de nossa pesquisa. Há de se apreender que Badiou perpetra uma interpretação sistemática da obra de Platão para apresentar as possibilidades mesmas da filosofia, colocando-se, assim, contra a tradição “antiplatônica” na qual aparece uma tensão entre os quatro procedimentos.

Palavras-chave: Badiou. Metafilosofia. Condições da filosofia. Platão.

Bibliografia

BADIOU, A. *Manifesto pela Filosofia*. Versão e nota por M. D. Magno. Rio de Janeiro: Angélica, psicanálise & cia, 1991.

_____. *Manifesto Pela Filosofia e segundo Manifesto pela filosofia II*. Tradução: Daniel Alves e Rodrigo Gonçalves. São Paulo: Lavra Palavra, 2022.

_____. *Manifeste pour la philosophie*. Paris: Editions du Seuil, 1989.

BARLETT, A. J.; CLEMENS, J. (eds.). *Alain Badiou - Key Concepts*. Acumen Publishing Limited, 2010.

CORCORAN, S. *The Badiou Dictionary*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

Da desertificação técnica ao sentido criativo da serenidade: acenos ao pensar histórico-ontológico de Martin Heidegger.

Lucas de Moura Justino Souza

Doutorando em Filosofia no PPGF da UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/9593412174652707>

lucasmourajs@gmail.com

76

Este resumo se apresenta como o resultado de nossa pesquisa de mestrado defendida em janeiro do ano corrente na Universidade Federal do ABC. O objetivo que tentaremos alcançar é o de explicitar o papel que o mencionado conceito tem na filosofia tardia de Heidegger. A partir do texto *Serenidade* (1955), questionaremos se esse seria um modo de ser histórico-ontológico capaz de revigorar o pensamento filosófico frente à desertificação vigente no tempo da técnica.

Pretendemos introduzir o tema abordando a questão heideggeriana da desertificação da filosofia ocidental. Mais especificamente, poderíamos dizer que esse tempo da história se vê sustentado sobre o esquecimento do ser que, desdobrado como a atitude do pensar distante de seu solo, transformou-se em uma atividade racional fixada na eficiência do cálculo. Porém, importa saber que esta esterilidade não surge como uma consequência indesejada para a ditadura do cálculo, pelo contrário, na essência da técnica vigora a incapacidade de sondar os seus desertos, afinal, ela se mostra como a vontade de tudo reter sob o seu controle.

Assim, a serenidade opera como um outro modo de habitar do que o proposto pela configuração advinda do pensamento calculador. Dado que a técnica aliena a filosofia da sua situação histórica, a serenidade revitaliza o vínculo do pensar com a sua historicidade e direciona a reflexão para as raízes dos problemas nos quais se encontra situada. Para a tarefa explicitada o desafio não diz respeito a fuga do deserto técnico, mas à chance de pensar o sentido do deserto, isto é, de estar criativamente à altura da experiência gerada por este tempo.

Portanto, com base no texto supracitado sobre a *Serenidade*, e ainda, analisando a conferência *A questão da técnica* (1953), tentar-se-á mostrar que por meio da filosofia heideggeriana encontramos argumentos para um debate que tensiona duas vias de

reflexão: uma alicerçada no cálculo e estritamente técnica e, a outra, enquanto um pensamento que medita, abre uma maneira criativa de fazer com que o ser humano se aproprie das suas condições históricas.

Palavras-chave: Serenidade. Técnica. Ser. Metafísica.

Bibliografia

HEIDEGGER, M. *Serenidade*. Tradução: Maria Madalena Andrade. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

_____. *Ensaio e conferência*. Tradução: Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Marcas do Caminho*. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2008.

A fenomenologia do corpo em Michel Henry: considerações sobre o corpo subjetivo em Maine de Biran

Kátia Marian Corrêa de Medeiros

Doutoranda em Filosofia na UFSM

<http://lattes.cnpq.br/3945375820485678>

katiamarianc@gmail.com

78

O presente trabalho tem o principal objetivo de remontar a algumas teses quanto à concepção de corpo na fenomenologia da vida do filósofo Michel Henry. Sabendo que essa não se reduz a um naturalismo, mas sim uma crítica ao mesmo, sobretudo aborda a concepção de corpo subjetivo em Maine de Biran, a qual tem influências sobre sua filosofia. Corpo esse que é afetivo em que sofre e frui constantemente na vida. Assim sendo, busca-se salientar as relações possíveis dos dois filósofos sobre o ponto comum, que é a corporeidade.

Para tanto utilizamos a obra de Maine de Biran devido influenciar a perspectiva do corpo subjetivo na fenomenologia da vida de Michel Henry, também utiliza-se comentadores a fim de endossar a temática. Pode-se entender a corporeidade enquanto um *pathos*, isto é, paixão, sofrer ou fruir a si mesmo, uma força que faz parte da vida, a qual se afeta, que ama, possui sentimentos, possui vivências diversificadas, que compartilha intersubjetivamente as mesmas, ademais que possui uma carne dotada de sensibilidade. Entendemos que há uma relevância dentro da fenomenologia a perspectiva do corpo, pois ao longo da tradição muito foi se esquecido de abordá-la, também não entendemos-o enquanto uma esfera somente racional, que detém uma razão e opera somente na busca da verdade, é claro que isso ocorre, mas em primeiro lugar pretendemos mostrar a base mais primitiva corporal.

Com isso, não partiremos de uma base materialista e objetivista do corpo, nossa premissa é de que o corpo é anterior até mesmo a racionalidade, é o fundamento para todas as atividades humanas, é o ponto próprio e central de todas as vivências do existente humano. No mundo contemporâneo em que vivemos e ao longo da tradição filosófica, sabemos que muito se entende o corpo enquanto um objeto, que busca um certo *telos*, que busca esclarecimento, a racionalidade, não queremos aqui dizer que isso não seja

importante, isso realmente faz a filosofia se desenvolver. Porém há algo mais vívido na corporeidade a qual a materialidade e a visibilidade não abarcam, há portanto, um certo mistério e invisibilidade do corpo que nos conduz ao seu próprio aparecer e sua a manifestação.

Palavras-chave: Fenomenologia. Corpo. Subjetivo. Vida.

Bibliografia

CARDIM, L. N. *Corpo*. São Paulo: Globo, 2009.

HENRY, M. *Encarnação: uma filosofia da carne*. Tradução: Carlos Nougué. São Paulo: É Realizações, 2014.

_____. *Philosophie et phénoménologie du corps: essai sur l'ontologie biranienne*. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

_____. *Filosofia e fenomenologia do corpo: ensaio sobre a ontologia biraniana*. São Paulo: É Realizações, 2012.

PRASERES, J. S. Corpo e movimento em Maine de Biran: uma leitura henryana. *Humanística E Teologia*, v. 38, n. 1, pp. 185-197, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/humanisticaeteologia.2017.9385>.

UMBELINO, L. A. *Somatologia subjectiva: apercepção de si e corpo em Maine de Biran*. Tese de Doutorado em Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

G. E. Moore e a bondade: revisitando o primeiro capítulo de *Principia Ethica*

Matheus Sampaio Benites Correia

Doutorando em Filosofia

<http://lattes.cnpq.br/4621063752192565>

matheusbenitesescritor@gmail.com

80

O principal objetivo deste trabalho é apresentar as teses a respeito do conceito de bondade defendidas por George Edward Moore no primeiro capítulo de seu *Principia Ethica* (1903), um clássico que é considerado o livro fundador da Metaética como uma área de estudo desvinculada da Ética normativa. O segundo objetivo é comentar os seus desdobramentos na Filosofia Analítica das últimas décadas.

Com o intuito de reivindicar uma investigação filosófica sobre os fundamentos e origens da Ética e do conhecimento ético, o filósofo britânico defende, seguindo Henry Sidgwick, que a maior parte das teorias éticas ao longo da história do pensamento incorreram na “falácia naturalista”, que consiste em confundir propriedades naturais com propriedades não naturais. Assim como Sidgwick criticou Bentham, Moore acusa o utilitarismo de John Stuart Mill como falacioso empregando o seu célebre argumento da questão em aberto, que demonstra que, ao tentar estabelecer uma relação de identidade entre “bom” e algo natural (como “aquilo que é desejado” ou “prazer”), chega-se a uma tautologia que não dá conta de explicar o que alguém quer dizer quando afirma que algo é bom. Se afirmamos que prazer é bom, certamente queremos dizer mais do que “prazer é prazeroso”.

Assim, Moore defende duas teses em seu primeiro capítulo do *Principia*: uma metafísica, que diz respeito ao “bom” como não natural; e uma epistemológica, que defende a intuição ética como meio para conhecê-lo. Segundo Moore, o “bom” é a única propriedade moral, que certas coisas partilham de diferentes maneiras, sendo seu caráter simples, de ordem não natural e indefinível. Posteriormente, W. D. Ross acrescentou o “certo” (permissível), visão com a qual muitos intuicionistas contemporâneos concordam. Todavia, mantém-se a tese epistemológica de Moore de que apenas por meio da intuição

ética, uma aparição intelectual imediata e não inferencial, nós podemos conhecer o “bom”.

Sucedendo a apresentação das teses mooreanas, o trabalho analisa a objeção de John Mackie ao intuicionismo ético e a resposta do intuicionista Michael Huemer. Também discute visões de filósofos analíticos recentes sobre as teses de Moore, como Michael Smith, Judith Jarvis Thomson e Russ-Shafer Landau.

Palavras-chave: Ética. Metaética. Bondade. Intuição.

Bibliografia

HUEMER, M. *Ethical Intuitionism*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

MACKIE, J. *Ethics: Inventing Right and Wrong*, Harmondsworth: Penguin, 1977.

MOORE, G. E. *Principia Ethica*. São Paulo: Ícone Editora, 2017.

ROGAN, T. TIMMONS, M. *Metaethics after Moore*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Por que “existência” não é uma propriedade própria? Revisando as bases da ontologia dos campos de sentido de Markus Gabriel

Gabriel Azevedo Cruz

Mestrando em Filosofia na UFRRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/0120696200036883>

gabrielgacc23@gmail.com

82

O objetivo do presente trabalho é revisar a articulação de Markus Gabriel no que tange a definição e função do conceito de “existência” em seu sistema ontológico. A ontologia dos campos de sentido (FOS, como é a sigla no original em inglês) tem como peça central a proposta de uma cisão entre metafísica e ontologia. Nessa perspectiva, a metafísica teria como foco oferecer uma teoria unificada da totalidade (i.e. do mundo enquanto mundo) enquanto a ontologia trataria de oferecer uma descrição fidedigna da existência em geral. A importância do conceito que averiguamos repousa no fato de que Gabriel assume a tarefa ontológica e rejeita a tarefa metafísica.

No capítulo três de *Fields of sense* (GABRIEL, 2015, p. 43-66), o filósofo alemão oferece uma revisão mais ou menos alongada quanto ao tratamento da noção de “existência” enquanto vinculada ao conceito de “propriedade”. Segundo seu diagnóstico, a filosofia moderna ao menos desde Kant, teria como “mote” um *ontological motive* segundo o qual “existência” não poderia cumprir o papel de ser uma propriedade haja vista que a função de uma propriedade é distinguir objetos dentro de um domínio e que todos os objetos em um domínio, por princípio, existem. Por outro lado, as abordagens revisadas por Gabriel mantêm que a “existência” poderia ainda ser uma propriedade, i.e., uma propriedade metafísica ou lógica.

Nesse sentido, nosso primeiro passo é apresentar sistematicamente o diagnóstico e a contribuição de Markus Gabriel. O capítulo dois de *Fields of sense*, bem como o presente trabalho, podem ser divididos em quatro pequenas partes: (1) apresentação do *framework* realista; (2) propriedades próprias e definições adjacentes; (3) propriedades metafísicas; (4) propriedades lógicas. Em adição, pretendemos oferecer alguma descrição do desenvolvimento desta parte do pensamento de Gabriel através de comparações com

dois outros textos do filósofo: *Porque o mundo não existe* (2016a) e *O Sentido da Existência* (2016b). Isso posto, nossa metodologia será a revisão bibliográfica.

Por fim, argumentamos que a relevância do trabalho pode ser vinculada a seu ineditismo. É extremamente raro encontrar artigos sobre a ontologia dos campos de sentido em português, haja vista que o Novo Realismo (do qual a ontologia de Gabriel é uma vertente) se impõe como um vão na pesquisa acadêmica brasileira, articulamos que a presente pesquisa e seus desdobramentos sirvam como formas parciais de suprir essa ausência e de expor os avanços conceituais desenvolvidos na última década em relação à virada realista (GABRIEL, 2015, p. 21).

Palavras-chave: Markus Gabriel. Existência. Propriedades. Novo Realismo.

Bibliografia

GABRIEL, M. *Fields of Sense: A new realist ontology*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2015.

_____. *O sentido da existência: Para um novo realismo ontológico*. Tradução: Bernardo Romagnoli Bethonic. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.

_____. *Porque o mundo não existe*. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Vozes, 2016a.

Seria o espaço mera forma da sensibilidade? A alternativa fanática à alternativa negligenciada

Pedro Ferreira Pedalini Pires

Doutorando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/0941053009519125>

ppedalini@gmail.com

Em sua *Estética Transcendental*, Kant famosamente argumenta que o espaço é mera forma da sensibilidade. Podemos dividir seu argumento em três pontos. Primeiro, que o espaço não pode ter sido abstraído da experiência empírica e é, portanto, um dado *a priori*. Segundo, que tal dado *a priori* não pode ser um conceito, mas apenas uma intuição. Terceiro, e aqui jaz o problema, que é uma mera intuição subjetiva: apenas uma intuição da forma que sujeitos finitos organizam sua experiência sensível.

Após uma breve exposição do argumento kantiano, apresentaremos sua primeira e mais notável objeção. A assim chamada “alternativa negligenciada” tem sua origem no ensaio de F. A. Trendelenburg, intitulado *Über eine Lücke in Kants Beweis von der ausschließenden Subjectivität des Raumes und der Zeit*. Trendelenburg aceita a prova kantiana de que o espaço é uma intuição subjetiva *a priori*, mas rejeita a conclusão de que seja apenas uma intuição subjetiva *a priori*. Para Trendelenburg, ainda seria possível argumentar que o espaço é, conjuntamente, uma forma *a priori* da sensibilidade e uma característica inerente aos objetos “tomados por si mesmos”.

Em seguida, apresentaremos uma segunda objeção, que a literatura secundária ainda não deu a devida atenção. Se a alternativa negligenciada de Trendelenburg consiste em argumentar que o espaço pode ser tanto subjetivo quanto objetivo, o que denominaremos de “alternativa fanática” (R. 6050) consistirá em argumentar que o espaço pode não ser *nem* subjetivo *nem* objetivo. Mesmo a posição de Trendelenburg concede que a *Estética* é ao menos bem sucedida em argumentar que o espaço é também subjetivo. Minha posição, no entanto, buscará se opor a tal concessão. Aquilo que Kant denomina de “fanatismo filosófico” é a posição de que intuímos diretamente as ideias de Deus. Utilizando as reflexões de Malebranche em seus *Diálogos* como caso



paradigmático de fanatismo filosófico, argumentaremos que a Estética Transcendental, apesar de seu sucesso em estabelecer que o espaço é uma intuição *a priori*, não é bem-sucedida em argumentar que o espaço é uma intuição *subjetiva*.

Por fim, faremos um balanço geral das três possíveis posições. A estratégia aqui será a de defender Kant contra Trendelenburg, na medida em que não podemos fazer qualquer afirmação sobre a suposta objetividade do espaço, mas também defender Malebranche contra Kant, na medida em que temos fortes motivos para acreditar que a intuição do espaço não é essencialmente subjetiva.

Palavras-chave: Kant. Malebranche. Trendelenburg. Filosofia Moderna. Metafísica. Espaço.

Bibliografia

KANT, I. *Critique of Pure Reason*. Tradução: Werner S. Pluhar. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1996.

_____. *Notes and Fragments*. Tradução: Curtis Bower & Paul Guyer & Frederick Rauscher. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

MALEBRANCHE, N. Jolley, *Dialogues on Metaphysics and on Religion* Tradução: Nicholas Jolley & David Scott. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TRENDELENBURG, F. A. Über eine Lücke in Kants Beweis von der ausschließenden Subjectivität des Raumes und der Zeit. *In: Historische Beiträge zur Philosophie vol. 3*. Berlin: G. Bethge, 1867.

“Tudo em volta está deserto, e tudo certo”.

Tolstói e sua crítica à Shakespeare

Jorge Luiz Costa Sales Sá

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8490915093857774>

jcostasales5@gmail.com

86

Shakespeare é, provavelmente, o escritor mais influente da era moderna. Junto com Goethe e Cervantes, ocupa a alta cátedra do pensamento ocidental não só pelo caráter clássico de suas obras, mas também pela constante metamorfose a que suas obras estão submetidas conforme caminham os séculos. É seguindo esse raciocínio que Harold Bloom (2005) – um dos maiores estudiosos da obra shakespeariana – chega a afirmar que o autor de *Hamlet* não só ajudou a formar as noções de indivíduo que atravessam a modernidade, como também foi um dos arquitetos do que conhecemos como Ocidente, comparando sua importância ao “Eclesiastes e ao livro de Jó, a Homero e a Platão”.

Contudo, literalmente remando contra a maré, encontramos Tolstói (2011) – tido por muitos como o maior autor russo que já existiu – tecendo críticas tão duras e relevantes que não podem ser deixadas de lado por nenhum estudioso do autor britânico. De maneira super polêmica, inclusive, ele não só questiona a qualidade dos textos do Bardo, como também coloca em xeque toda a crítica literária existente a seu favor, como na passagem em que afirma que “aquela fama inquestionável de escritor grande e genial que Shakespeare possui, que obriga escritores de nosso tempo a imitá-lo, falseando sua compreensão estética e ética, a encontrar nele métodos inexistentes, é um grande mal, bem como qualquer mentira”.

Segundo Tolstói, a propagação de Shakespeare tem início com Goethe, que ele chama de “grande tirano intelectual da modernidade”, que impôs uma importância inexistente nos escritos do dramaturgo inglês e que foi seguida, sem grande contestação, pela grande maioria dos seus seguidores.

Tendo isso em vista, o objetivo do presente projeto é apresentar brevemente tais críticas e um outro olhar para a obra de Shakespeare, especialmente sobre a peça

Rei Lear, eleita por Tolstói como o grande padrão do que não se deve fazer quando se for escrever uma obra de literatura.

Palavras-chave: Tolstói. Shakespeare. Crítica.

Bibliografia

TOLSTÓI, L. *Os últimos dias*. Tradução: Anastassia Bitsenko, Belkiss J. Rabello, Denise Regina de Sales, Graziela Schneider e Natalia Quintero. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

BLOOM, H. *Onde encontrar a sabedoria?* Tradução: José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SHAKESPEARE, W. *Rei Lear*. Tradução: Rodrigo Lacerda. São Paulo: Editora 34, 2022.

Como pensar o trágico na filosofia hoje?

Isabela Pimentel Peixoto

Doutoranda em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/7445529591097025>

isabelapimentelpeixoto@yahoo.com.br

88

A tragédia tem uma relação fundamental com a filosofia. Seja nos termos de Aristóteles ou Platão, idealistas e românticos alemães, Nietzsche, Rosset ou Butler, a questão da tragédia se renova. No final do século XVIII, na esteira da estética kantiana, se forma a filosofia do trágico. A questão do “trágico” como ideia, para muito além da tragédia em si, se embrenha na filosofia de forma irremediável. Sobretudo entre os alemães do século XIX, uma noção universalista baseada na exemplaridade da forma estética da tragédia vigorou durante um tempo considerável. No entanto, a filologia e a antropologia histórica passaram a tratar a tragédia, como um particular, uma instituição finita, localizada em seu tempo histórico, intransponível para além dele.

Dessa contraposição surge um suposto dilema: o trágico como uma forma abstrata, ou como um fenômeno histórico restrito. Mesmo que o olhar estetizante e universalizante do século XIX seja anacrônico, seria impossível pensar o trágico filosófico no século XXI? É certo que todo leitor da tragédia parte de uma posição, e que todas as posições (subjetivas, históricas, sociais) têm pontos cegos interpretativos, mas é possível refiná-la a ponto de não recair nas generalizações “especulativas” (Lacoue-Labarthe, 1998, p. 6) modernas nem no historicismo contemporâneo?

Uma posição filosófica sobre a tragédia pode passar antes sobre como fazer uma tragédia. Lacoue-Labarthe diz que Hölderlin se destaca da tradição de heroicização filosófica da tragédia, e faz um retorno à Aristóteles, colocando novamente a questão de como a tragédia é possível, e como fazê-la (Lacoue-Labarthe, 1998, p. 58). É possível associar esse problema a questionamentos próprios da antropologia histórica ou da filologia, como o papel do mito na tragédia. A tragédia deve sobretudo ser pensada como descontinuidade em relação à tradição, um momento de fragilização e questionamento do mito, marcada pela emergência de uma nova instituição e uma nova forma poética. A tragédia é uma invenção, não um ritual religioso, de forma que uma das mais fortes

marcas que ela deixa é a consciência da ficcionalidade, do artifício, da mímese – talvez o aspecto mais dionisíaco da tragédia – ou seja, forma e conteúdo indicam o questionamento da ordem vigente.

Se o pensamento filosófico moderno pretendeu capturar a essência do trágico e capturá-lo dentro de ontologias, não precisamos reduzir a tragédia à história, mas talvez não a limitar à postulação do ser ou de uma essência, pensando, então, a filosofia como ação dramática, como a experiência do conflito e descontinuidade (Critchley, 2019, p. 83).

Palavras-chave: Tragédia. Trágico. Antropologia. Filologia. Filosofia.

Bibliografia

CRITCHLEY, S. *Tragedy, the Greeks, and us*. Londres: Profile Books, 2020.

LACOUÉ-LABARTHE, P. *Métaphrasis suivi de Le Théâtre de Hölderlin*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

TAMINIAUX, J. *Le théâtre des philosophes*. Grenoble: Editions Jérôme Millon, 1995.

VERNANT, J.P.; VIDAL-NAQUET, P. *Tragedy and Myth in Ancient Greece*. Brighton: Harvester Press, 1981.

Sobre a assim chamada “poesia lírica”

Raphael Paiva Avelino

Mestrando em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/6055513879669930>

raphaelpaivaavelino@gmail.com

90

Dos resumos possíveis, considerei ser o mais adequado para esta ocasião um que repisasse os passos da estranha questão – ao menos segundo as expectativas mais comuns envolvendo trabalhos na área de “estética” – que ultimamente norteia uma grande quantidade dos meus pensamentos em torno da prática poética.

Nesse contexto, a primeira perturbação filosófica se arranjou segundo a gramática de uma filosofia primeira: “bem, mas o que é isto?”. Em algum momento, alguém pareceu ter dito: “Ora, isto é um poema lírico; aquele, um épico” etc., o que, de fato, bastou-me por muito tempo. Admitindo, portanto, irrestritamente a existência de “poemas líricos”, minha primeira tentativa de síntese a esse respeito, profundamente enraizada na obra tardia de Lukács, dirigiu-se precisamente no sentido de uma “teoria materialista do gênero lírico”. Da prática poética propriamente dita e do contato mais intenso com obras das mais diferentes épocas e tradições, contudo, armou-se uma série de outros pensamentos, os quais, por sua vez, minavam fundamentos tidos até então como absolutamente seguros.

Seguindo Lukács – e este, em grande medida, muitos outros, especialmente Hegel –, passei a chamar de “lírica” um gênero poético cuja marca distintiva em relação aos outros (a saber, a épica e o drama) é não simplesmente a “aberta emergência da subjetividade constitutiva”, mas sua “específica e visível ação” (Lukács, 2009, p. 246). Mas pareceu-me suficiente para desconfiar da validade universal dessa tese – e, em verdade, desse modelo que tenho chamado “teoria clássica dos gêneros”, consolidada entre fins do século XVIII e início do XIX – sua incapacidade de fornecer condições necessárias e suficientes para que determinado objeto seja um “poema lírico”, sobretudo quanto mais distantes das expectativas de determinada tradição.

Isso fosse reduzido a uma questão, não perderia, penso, ao fazê-lo assim: sob que condições um juízo como “*Harpa esquisita* é um poema lírico” pode ser considerado verdadeiro ou falso? Supõe-se o trivial: apenas uma vez que se sabe o que é um “poema

lírico”, e isso remonta à poética de um povo. Compreendê-la é lançar luz sobre suas regras. Nesse caso, uma análise das contribuições dos que, antes de todos, lançaram os dados – Platão e Aristóteles, passando, claro, pelos gramáticos de Alexandria – a Hegel e Lukács, os últimos grandes legisladores do gênero. Em grande medida, é disto que se trata a minha pesquisa: uma genealogia da lírica, uma investigação de seus limites, da qual aqui, porém, gostaria de explorar não mais do que alguns pontos iniciais.

Palavras-chave: Estética. Poesia. Gênero. Lírica.

Bibliografia

LUKÁCS, G. *Die Eigenart des Ästhetischen*. Berlin: Luchterhand, 1963.

_____. *A característica mais geral do reflexo lírico*. In: *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

WEITZ, M. *The Role of Theory in Aesthetics*. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*. Oxford, vol. 15, n. 1, pp. 27-35, Sep. 1956.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Edição: Revised 4th edition by P.M.S. Hacker and Joachin Schulte. Tradução: Gertrude Elizabeth Margaret Ascombe. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2009.

**Uma releitura da cosmogonia e antropogonia em Bereshit/Gênesis:
desierarquização entre fala e escrita a partir
da desconstrução com Jacques Derrida**

Patrícia de Araújo Costa

Doutoranda em Filosofia na UERJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3333168006108925>

araujopatriciade@gmail.com

92

Jacques Derrida indica que a voz tradicionalmente tem por característica estabilizar um signo, e assim, a voz, a partir dessa perspectiva, é sempre um trabalho de formação de presença e, por conseguinte, de estabilização. Derrida escreve em *A voz e o fenômeno* que a voz com Hegel, tem por característica estabilizar um signo, com G. W. F. Hegel, a voz é sempre um trabalho de produção de presença e, portanto, de estabilização, característica marcante de toda a tradição judaico-cristã. A estabilidade da voz, da fala, ao longo dessa tradição, indica uma certa noção de realidade, de acontecimento, enquanto a escrita é a representação do acontecimento, posterior à fala.

Para Derrida, um signo escrito não se dirige à voz, um signo escrito se dirige a outro signo escrito, a realidade não é, dessa forma, traduzida, transportada da fala para o texto, a realidade é, fundamentalmente, textual. Uma certa estabilidade da voz, a partir de uma lógica hegeliana, bem como de toda a tradição ocidental, tem a ver com um *querer-dizer* da fala. A escrita dessa perspectiva é não somente secundária como é, também, dependente da fala. Essa condição marca não apenas um desdobramento, mas, sobretudo, uma hierarquização entre essas partes que por meio do movimento dialético de negação da negação desenvolve sua síntese, isto é, o sentido, o *querer-dizer* da fala.

A Dialética, com Hegel, proporciona a negação de um elemento em outro, viabilizando a superação do elemento anterior em um elemento mais elevado. Hegel está atento a uma transfiguração. Essa transfiguração, seria a reprodução da identidade de um componente desse movimento, o componente que apaga o outro componente ao viabilizar essa unificação no movimento. Dá-se o aniquilamento de um componente pelo outro que se transfigura. Um dos elementos no movimento dialético absorve o elemento negativo e, como resultado, uma certa unidade é estabelecida. A escrita seria o negativo da fala

dentro dessa dialética e o sentido seria a síntese. Sentido e fala estariam vinculados e a escrita seria uma espécie de suplemento.

Esta apresentação pretende embaralhar, ou ainda, confundir a relação entre fala, escrita e sentido em relação à “realidade” a partir da cosmogonia e da antropogonia contidas em Bereshit/Gênesis na Tanakh/Antigo Testamento através da desconstrução de Derrida em diferenciação com uma noção da dialética hegeliana.

Palavras-chave: Desconstrução. Aufhebung. Voz. Tradução. Escritura.

Bibliografia

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. 12. ed. São Paulo: Paulus, 2017.

DERRIDA, J. Assinatura acontecimento contexto In: *Margens da Filosofia*. Tradução: Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. São Paulo: Papirus Editora, 1991, p. 349-373.

_____. *A voz e o fenômeno*. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. O poço e a pirâmide In: *Margens da Filosofia*. São Paulo: Papirus Editora, 1991, p. 107-147.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução: Paulo Meneses com colaboração de Karl-Heinz Effen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HEGEL, G. W. F. *On Christianity: Early Theological Writings*. Tradução: T. M. Knox. Nova York: Harper & Brothers, 1961.

Algumas considerações sobre *A Queda do Céu* e etnografia

Luana Goulart de Castro Alves

Doutoranda em Filosofia na UERJ

<http://lattes.cnpq.br/2070303810271220>

s.luanagoulart@gmail.com

94

A Queda do Céu (Kopenawa e Albert, 2015) é um trabalho resultante do convívio e da aliança criada entre Davi Kopenawa, xamã Yanomami, e Bruce Albert, etnógrafo francês. Trata-se de uma obra que enseja, por sua situacionalidade e circunscrições de forma literária *sui generis*, diversas reflexões a respeito de importantes questões filosóficas – em particular para o pensamento político, estético, epistemológico, hermenêutico, social e ontológico. A proposta deste trabalho é articular o papel do etnógrafo enquanto tradutor com aspectos do texto Kopenawa e Albert (2015) enquanto proposta viva de diálogo, em conexão com diretrizes centrais do pensamento da socióloga Silvia Rivera Cusicanqui.

A hipótese de partida é que há uma conexão importante entre a etnografia e a tradução – com efeito, que essa conexão é tão crucial que a noção de tradução resulta mais relevante para a circunscrição do que efetivamente se entende por etnografia do que qualquer conjunto de técnicas e métodos científicos prescritos para a abordagem de certas temáticas, por mais inclusiva e difusa que seja a índole de seus limites.

A ideia em jogo é, grosso modo, que a etnógrafa já e sempre atua como narradora, em uma linguagem particular – habitualmente a sua própria –, de práticas constituintes de uma forma de vida não apenas codificada, mas efetivamente estruturada a partir de uma outra linguagem – ou mesmo como uma outra linguagem. Nesse sentido, o sucesso de um discurso enquanto etnografia seria diretamente dependente de quão bem esse discurso logra estabelecer uma ponte entre, nesta ordem e direção, de um lado, a linguagem estruturante das práticas e fenômenos abordados, e, de outro, a linguagem em que é formulado.

As observações da primeira sessão serão desenvolvidas a partir de colocações de Hussak (2021) a respeito de dois temas: de um lado, a relação entre surrealismo, etnografia e ciência; e, de outro, o importe político e epistemológico da tradução. Em seguida, aspectos deste segundo tema serão brevemente considerados à luz de propostas

de Cusicanqui (2008). Essas duas etapas do texto constroem a base sobre a qual, na sequência, serão apresentadas sugestões para reflexões ulteriores a respeito do estatuto de Kopenawa e Albert (2015) enquanto uma peça etnográfica em que ocorrem os fenômenos aqui descritos como *falar por* e *falar com*, em suas múltiplas e comunicantes acepções.

Palavras-chave: Etnografia. Tradução. Davi Kopenawa. Silvia Rivera Cusicanqui.

95

Bibliografia

CUSICANQUI, S. R.. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. *Voces Recobradas: Revista de Historia Oral*, Buenos Aires, ano 8, n. 21, pp. 12-23, 2006.

HUSSAK, P. Algumas inquietações sobre estética e etnografia. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, Niterói, v. 15, n. 29, pp. 26-44, 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Da horda primitiva ao mal-estar contemporâneo: desamparo e laço social em Freud

Marina Santos de Castro

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/7477136848347278>

scastromarina@gmail.com

96

São muitos os caminhos que podem ser usados para pensarmos a formação da subjetividade humana e de nossas instituições sociais. A filosofia, em especial a moderna, está cheia deles, frequentemente o percurso trilhado é o da consciência, do acordo, ou da excepcional racionalidade humana. Freud, no entanto, escolheu investigar nossa constituição subjetiva e social pela via do sofrimento e encontrou no desamparo uma referência primeira para todos eles.

O desamparo revela não somente uma fragilidade biológica, mas uma inaptidão individual para a vida, uma incompletude psíquica e uma necessidade vital de sermos objeto do desejo e do amor dos outros e além, na última fase de sua teoria, uma compulsão essencial para a morte que só pode ser freada por uma dádiva conferida pelo outro. A vida é, então, um presente. O caminho escolhido por Freud desenha uma história do desenvolvimento humano contada não pela via do modelo, mas do desajuste. É o sofrimento que confere a inteligibilidade necessária para compreensão do indivíduo e suas relações.

O sofrimento pode ser lido como uma expressão da resistência à norma que nos oprime e é por ele que podemos acessar o que precisa ser transformado. Se o mal-estar oriundo do desamparo demonstra os limites do indivíduo, ele também revela a organicidade do coletivo e a inseparabilidade do inconsciente e da cultura. Freud evidencia que nosso aparelho psíquico é continuamente construído por meio da alteridade e não é possível pensarmos esse dado da teoria freudiana sem passarmos pela categoria do desamparo.

O objetivo, portanto, é apresentar resumidamente a visão freudiana sobre o desamparo e afirmar sua potencialidade enquanto categoria filosófica. Veremos como o autor defende que as qualidades psíquicas surgidas na dinâmica da horda primitiva são

encontradas em outras formas de comunidades e diferentes laços sociais, especialmente a partir do que chama de formas sociais simbolicamente paternas. Esta apresentação baseia-se principalmente no estudo das obras *Totem e Tabu* (1913), *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* (1921), *O Futuro de uma Ilusão* (1927) e *O Mal-estar na Civilização* (1930) para pensarmos a relação entre desamparo e laço social na teoria freudiana.

Palavras-chave: Desamparo. Freud. Laço Social. Filosofia da Cultura. Filosofia Política. Teoria Psicanalítica.

Bibliografia

FREUD, S. *Projeto para uma Psicologia Científica*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol I. Tradução: José Luiz Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1895].

_____. *Totem e Tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XIII. Tradução: Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1913].

_____. *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XVIII. Tradução: Eudoro Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1921].

_____. *O Futuro de uma Ilusão*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XXI. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1927].

_____. *O Mal-Estar na Civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XXI. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1930].

Formação para a conformação: um diálogo entre Theodor Adorno e Sigmund Freud.

Emanuel Djaci de Oliveira Leal

Doutorando em Filosofia na UFRN

Bolsista da CAPES

<https://lattes.cnpq.br/9480924821109047>

emanuel.leal.045@ufrn.edu.br

98

A presente comunicação propõe analisar o seguinte problema à luz da teoria antropológica de Theodor Adorno: em que consiste a antropologia dialética adorniana sob a perspectiva de uma crítica cultural da sociedade do capitalismo tardio? Importa-nos salientar que, o diálogo de Adorno com a teoria psicanalítica de Freud serve à crítica do capitalismo tardio e dos novos meios de comunicação, colocando em perspectiva a formação psíquica individual de seu tempo, salientando o papel do conformismo envolvido no abandono do desenvolvimento do *ego*.

Para a teoria freudiana, o desenvolvimento da instância psíquica denominada de *ego*, em sua segunda tópica, está relacionado à capacidade de conciliar as demandas interiores, referentes às necessidades historicamente sedimentadas sobre o inconsciente, conjuntamente às demandas do mundo externo. Desse modo, o conceito de *ego* tratar-se-ia de uma instância psíquica capaz de realizar tais conciliações e, especialmente, realizar a transformação do mundo externo de acordo com as demandas das necessidades. Salientamos aqui a relevância do conceito de *ego* para a teoria freudiana, principalmente em seu desenvolvimento e o papel de suas operações funcionais.

A teoria adorniana, por sua vez, propõe a incapacidade de desenvolvimento de um *ego* autônomo capaz de exercer uma transformação da realidade externa por influência das pressões externas exercidas sobre a individualidade no decorrer das transformações do sistema capitalista. Se na teoria freudiana, em sua segunda tópica, fundada no *Além do princípio do prazer* (1920), a pressão externa exerce um fator decisivo para a consolidação dessa instância psíquica, a perspectiva de Adorno, em decorrência da transformação do capitalismo monopolista liberal em capitalismo de Estado e, o

surgimento dos novos meios de comunicação, rádio e cinema, terão papel decisivo para o abandono da autonomia egóica.

Adorno recorre a uma antropologia, então, pela capacidade dessa trazer à tona a dominação que se abate sobre o sujeito, decorrente da interiorização da dominação de classes e dos modos de comportamento responsáveis pela reprodução da sociedade, perspectivando a conformação envolvida na formação deste “novo tipo de ser humano”. Objetivamos, portanto, analisar o conceito de *ego* a partir da teoria freudiana e, as consequentes transformações propostas pela teoria de Adorno sobre o conceito, a partir dos escritos da década de 1940. Para tanto, compõem o escopo deste trabalho os seguintes ensaios: “*The problem of a new type of human being*” (1941/2009) e “*Teses sobre a necessidade*” (1942/2015).

Palavras-chave: Adorno. Freud. Psicanálise. Antropologia.

Bibliografia

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. *Teses sobre a Necessidade*. In: _____. *Ensaaios Sobre Psicologia Social e Psicanálise*. Tradução: Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015a.

_____. *The Problem of a New Type of Human Being*. In: _____. *Current of Music: Elements of a Radio Theory*. Cambridge: Polity Press, 2009.

FREUD, S. *Para Além do Princípio do Prazer*. In: _____. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução: Paulo César De Souza. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas Vol. 14).

_____. *Psicologia das massas e análise do eu*. In: _____. *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a. (Obras Incompletas de Sigmund Freud. Coordenação: Gilson Ianini e Pedro Heliodoro Tavares).

História natural, pré-história e abstração real em Theodor Adorno

Felipe Ribeiro

Doutorando em Filosofia na USP

Bolsista da FAPESP (processo 2020/03729-3)

<http://lattes.cnpq.br/0311912899892129>

felipe3.ribeiro@usp.br

100

O objetivo da apresentação é analisar o conceito de "história natural", tal como desenvolvido na *Dialética negativa*, de Theodor Adorno. A hipótese central com a qual trabalharemos é que tal conceito está, num primeiro momento, relacionado a duas teses provenientes de Marx: em primeiro lugar, que a história da humanidade até hoje é, na verdade, uma "pré-história"; em segundo lugar, que, no capitalismo, a sociedade é dominada por abstrações reais, que fazem dos agentes humanos meros "suportes" de categorias econômicas.

Todavia, se tal aproximação existe, é preciso observar, no detalhe, como Adorno faz uma apropriação seletiva de Marx, reformulando suas ideias de um modo que não é, todavia, completamente explícito. Isso se torna visível nas supressões efetuadas pelo frankfurtiano ao citar trechos de *O capital* e dos *Grundrisse*, eliminando deles ideias incompatíveis com o projeto da *Dialética negativa*. Embora assuma as teses da pré-história e da abstração real, Adorno recusa o modo como Marx confere ao capitalismo uma função progressista na história e a delimitação da validade da "abstração real" ao capitalismo. Em vez disso, ele defende que o desenvolvimento das forças produtivas tem algo de repressivo nele mesmo e que a história abstrai de seus sujeitos "há milênios".

Ambas as recusas estão interrelacionadas, pois se a abstração se efetua "há milênios", ela não pode ser pensada segundo as determinações específicas do capitalismo. Aqui, Adorno lança mão do conceito de "dominação da natureza" para definir um processo de racionalização social de escopo histórico mais amplo, tornando pensável um processo histórico que se opõe ao indivíduos numa escala temporal ampliada. Ora, é essa mesma noção de "dominação da natureza" aliada à repressão que levará Adorno a recusar uma concepção muito afirmativa de forças produtivas e, conseqüentemente, o modo como Marx apoiou nessa concepção ideias centrais de sua teoria da história.

Com isso, é possível observar que as divergências discretas que a *Dialética negativa* impõe em relação aos textos marxianos se deve, na verdade, a uma profunda crítica em operação. Para Adorno, diferentemente de Marx, se é preciso lançar mão de uma concepção de história à altura das experiências traumáticas da contemporaneidade, é necessário recusar o modo como o marxismo assumiu de maneira afirmativa o conceito de dominação da natureza. Em vez disso, se a história é natural, pré-histórica, dominada por abstrações, é porque está fundada na dominação da natureza, o que coloca projeto emancipatório de Marx.

Palavras-chave: Adorno. Marx. História natural. Abstração real. Dominação da natureza.

Bibliografia

ADORNO, T. W. *Philosophische Terminologie. Zur Einleitung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.

_____. *Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.

_____. *Negative Dialektik. In: Gesammelte Schriften. Band 6. 8 ed.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2018.

MARX, K. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Vol. 1. In: Marx-Engels Werke. Vol. 23.* Berlin: Dietz, 1962.

_____. *Ökonomische Manuskripte. 1857/1858. In: Marx-Engels Werke. Vol. 42.* Berlin: Dietz, 1983.

Autonomia como experiência como potência para redesenhar o imaginário social

Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado

Doutorando em Filosofia na UERJ

<http://lattes.cnpq.br/9167179844223689>

marcuspedroza@gmail.com

102

A pesquisa apresentada trata do tema da autonomia com instrumento de disputa política e por isso força motriz de modificação do imaginário social sobre o qual ela está assentada. Ela se manifesta conforme um estatuto de criação do homem por si mesmo e é a principal ferramenta dos seres humanos para construírem um mundo em que eles se reconheçam e que suas ações produzam efeitos. Assim, a autonomia possui a força de um método de criação de possibilidades de mundo, pois é ela que está na raiz do processo de criação e autocriação humana que está no cerne da formulação da imaginação como potência criadora. Dessa forma a autonomia não é um fenômeno individual interno à psiquê humana, mas político e ativo na instituição do mundo humano.

Castoriadis (2007) põe ações humanas em uma escala entre a afirmação e a perda da autonomia, pondo no campo máximo da desumanização e destruição daquilo que é humano no lugar da heteronomia, ou seja, a determinação de fora para dentro daquilo que é construído pelos homens por isso. A autonomia quando utilizada politicamente abre possibilidades de se testar os limites do mundo instituído e entender que há questões que não possuem um caminho pré-pronto pela burocracia dada.

A burocracia pode ser traduzida, na atual conjuntura, pelo projeto civilizatório que burocratiza a vida, pois cria regras e impossibilidades mantendo os caminhos sempre os mesmos e os problemas também. Assim, para o mundo burocratizado, o espaço da autonomia é o espaço de escolhas já produzidas anteriormente sem nenhuma força criadora.

Para sustentar tal argumentação é importante politizar a autonomia para entendê-la como um fenômeno que lastreia as significações imaginárias do mundo ao invés de uma qualidade individual e ensimesmada que dependeria de um certo estado de espírito ou de um ato de vontade individual e não parte de um processo político que visa elucidar

os arranjos ideológicos os quais os seres humanos estão submetidos, desmanchá-los e propor outros caminhos.

Palavras-chave: Autonomia. Política. Experiência. Burocracia.

Bibliografia

CASTORIADIS, C. *Figuras do pensável*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *As encruzilhadas do Labirinto 3: o mundo fragmentado*. Tradução: Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *A instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *As encruzilhadas do Labirinto 2: os domínios do homem*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CASTORIADIS, C.; LEFORT, C.; MORIN, E. Maio de 68: A Brecha, 20 anos depois. Tradução: Anderson Lima da Silva Martha Coletto Costa. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Posição 751.

A aura de Benjamin e a imagem-aura de Didi-Huberman

Cecilia Samel Côrtes Fernandes

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/8195067081533691>

cecilia.samel@gmail.com

104

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito de aura de Walter Benjamin e de imagem-aura de Georges Didi-Huberman. Benjamin constitui o conceito de aura principalmente em *Pequena História da Fotografia*, originalmente publicado em 1931, e em seu canônico texto de 1935 *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Em ambos os textos, a fotografia e o cinema são elementos cruciais para a noção de aura da obra de arte e sobretudo o que ocorre no advento da reprodução fotográfica em massa das obras de arte.

Com o advento da fotografia, a reprodução de obras de arte foi facilitada, o que gerou a difusão de obras até então inacessíveis ao grande público. Esse fato gera uma transformação na interação do público com a obra de arte original, assim como uma diminuição da aura de tal obra com cada reprodução. A aura é algo único no espaço e tempo que acaba sendo diluída com a banalização do uso da fotografia nas reproduções das obras de arte.

Didi-Huberman apresenta uma atualização desse conceito em seu livro *Diante do tempo* (2017) levando em conta o contexto contemporâneo. Apesar de afirmar que sua proposta é uma revisão para a arte contemporânea, o filósofo francês utiliza um exemplo de obra da década de 1940, ainda dentro das correntes modernistas. Partindo da noção de imagem-enigma, em que a imagem vai aos poucos sendo desvelada, a imagem-aura é uma revisão do conceito de aura benjaminiano. Didi-Huberman divide o conceito de aura em quatro partes: suposição do objeto; suposição do tempo; suposição do lugar; e suposição do *sujet*.

Com esses aspectos e suposições da aura, é possível perceber a construção de como a imagem se mostra, como o seu caráter essencial é presente ou subentendido a partir de sua visualidade e que é possível ter subjetividade, tempo e lugar até mesmo em

uma obra abstrata. A imagem se mostra para o espectador, porém há muito mais a ser desvelado a partir de sua visualidade e memória.

Palavras-chave: Aura. Benjamin. Imagem-aura. Didi-Huberman.

Bibliografia

BENJAMIN, W. Pequena História da Fotografia. In: _____. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

A pobreza de experiências a partir da atrofia da arte narrativa, sob a perspectiva de Walter Benjamin

Maiara de Sousa Bispo

Mestranda em Filosofia na UFRRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/5248564700456046>

maiaradesousabispo@gmail.com

106

O presente trabalho busca compreender a relação entre a pobreza de experiências e a derrocada de narrativas auráticas, a partir da visão de Walter Benjamin. Além desse pensador, o estudo em questão, por meio da revisão bibliográfica, procura também refletir sobre as questões apresentadas por Byung-Chul Han com a intenção de pensar a crise entre tradição e modernidade. Nessa direção, faz-se uma análise de experiências desde aquelas que contribuem para a geração de unidade de sentido e de senso de comunidade àquelas que nos isolam e nos desumanizam.

O referido declínio da experiência comunitária é agravado pelo desenvolvimento tecnológico, interferindo tanto na esfera da vida pessoal quanto na profissional. Sendo assim, na modernidade, as relações sociais são modificadas de tal modo que somos levados a questionar, dentre outros fatores, como estamos em relação à tradição oral e à relação intergeracional, vistas como essenciais na arte narrativa.

Ao buscarmos compreender os elementos que contribuem para a atrofia da arte narrativa, identificamos o advento do romance e, posteriormente, o fluxo de informações, alavancado com a imprensa na época de Walter Benjamin e com a internet na atualidade, gerando a sociedade da informação e da transparência, como denomina Byung-Chul Han. Nesse contexto, surgem os *Storytellings*, que constituem eficientes técnicas de comunicação, mas que não geram o senso de comunidade, muito menos cria uma atmosfera de sentido compartilhada entre os envolvidos na dinâmica dos conselhos.

Desse modo, com a perda das experiências auráticas, algo de mais decisivo está em jogo, isto é, a nossa capacidade de vínculo e, em última instância, a própria humanidade. Sendo assim, com vistas a superar a crise tradição-modernidade e elaborar a retomada da arte narrativa, abordamos o componente da distância como essencial no

intercâmbio de experiências e de aprendizados. Nesse sentido, sublinhamos também a escuta e o olhar atentos aliados a uma experiência mística, mágica e extraordinária como inspirações para a construção de narrativas significativas e genuínas.

Palavras-chave: Pobreza de experiências. Arte narrativa. Tradição. Modernidade.

Bibliografia

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In: _____*. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987, pp. 165-196.

_____. Experiência e pobreza. *In: _____*. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987, pp. 114-119.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: _____*. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987, pp. 197-221.

HAN, B.C. *A crise da narração*. Tradução: Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023.

LESKOV, N. Alexandrita. *In: _____*. *A fraude e outras histórias*. São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 147-165.

Walter Benjamin e o cinema de quebrada: história dos oprimidos e arqueologia do anonimato

Daniel Neves de Andrade

Doutorando em Filosofia na UFABC

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9429450625556941>

danideandrade2017@gmail.com

108

Nos documentos oficiais, monumentos, livros didáticos, feriados e celebrações cívicas estão presentes os protagonistas da História, seja de uma cidade, de um país, de um continente ou de toda uma época. Mas onde está o registro daqueles anônimos, invisíveis e aparentemente sem importância, como nos disse Bertolt Brecht, que construíram a muralha da China, as pirâmides do Egito, as conquistas dignas de serem lembradas e admiradas coletivamente?

A partir da obra de Walter Benjamin e do cinema periférico – isto é, do cinema realizado na periferia do capitalismo –, essa comunicação busca analisar e reconstituir parte da memória dos oprimidos a partir de suas próprias narrativas, imagens e lugares de origem. Segundo Benjamin, o historiador materialista deve fazer um trabalho arqueológico com o ocorrido, juntar os cacos e lembrar os mortos para reconhecê-los e redimi-los.

No Brasil do século XXI, impulsionados por mudanças sociais e tecnológicas, cineastas moradores de regiões periféricas têm realizado filmes não apenas sobre, mas principalmente nas próprias comunidades onde vivem e atuam. A questão do futuro, do passado e do espaço que os conecta é parte significativa dessas obras.

O objetivo de nossa apresentação é justamente traçar uma relação entre as ideias de Benjamin sobre o papel das imagens em movimento como instrumentos aptos a contar a história dos vencidos e as produções de um cinema independente situado às margens da indústria cultural. Nosso estudo faz a relação entre o texto *Sobre o conceito de história*, de Walter Benjamin, e o filme *A cidade é uma só?* (2012), do cineasta de quebrada Adirley Queirós: obra realizada na periferia de Ceilândia, Brasília, e que reflete o surgimento da capital no ponto de vista dos trabalhadores. Além do processo de conexão entre texto e

filmes, nosso propósito também é refletir a atuação do próprio pesquisador, um cineasta de quebrada que constrói sua pesquisa em diálogo com o coletivo no qual faz parte.

Palavras-chave: Cinema. Periferia. Cinema de Quebrada. História.

Bibliografia

ADERALDO, G. A. *Reinventando a Cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2017.

ANDRADE, D. N. *Cinema Novo e Cinema de Quebrada: a experiência da Companhia Bueiro Aberto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2021.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GAGNEBIN, J. M. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

HORA ALVES, T. *Utopias de Brasília no cinema: O desvio contra a arquitetura e a história*. Tese de doutorado em Comunicação Social - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

A Defesa de Palamedes, de Górgias: metodologia e recepção

Daniela Brinati Furtado

Doutoranda em Filosofia na UFMG

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9930165904948270>

danibrinati.f@gmail.com

110

Proponho discutir nesta comunicação alguns aspectos metodológicos na análise de textos de Górgias, em particular a *Defesa de Palamedes*. Minha interpretação do pensamento desse autor vai ao encontro daquela de alguns estudiosos que fazem do diálogo platônico a pedra de toque para interpretar o pensamento de Górgias. Naturalmente, a leitura de Schiappa (1999) em seu estudo da história da retórica e o surgimento desse termo no período clássico são fundamentais como apoio em minha leitura. Vale lembrar, ainda, o valor e peso que tem a *Retórica* de Aristóteles e que aplicar sua divisão e uso dos três gêneros discursivos aos textos de Górgias não é apenas anacrônico, mas contraproducente.

Apesar de paralelos entre obras de Górgias e de pensadores posteriores a ele serem importantes, tais paralelos correm o risco de impor ao texto de Górgias debates que não eram muito presentes na época da sua atividade intelectual, de modo que podemos perder de vista os temas que Górgias abordaria ao desenvolver suas ideias, e em que medida seus textos dialogam com seus contemporâneos (reporto-me a Coelho, 2013).

Nesse sentido, farei uma análise da *Defesa de Palamedes* à luz do fragmento 8 de Melisso e o *Dissoi Logoi*. Minha abordagem não é nova, na medida em que podemos observar um movimento de comentadores lendo os textos de Górgias em vista da tradição contemporânea ou anterior a ele – por exemplo, Mathilde Brémond (2019) que realiza paralelos entre os fragmentos de Melisso e o *Tratado do não ser* de Górgias, ou Soteroula Constantinidou (2008) que realiza paralelos entre a tradição literária e o *Elogio de Helena* de Górgias.

Buscarei enfrentar o fato de Górgias não ter um alvo claro em seus comentários: até no *Tratado do não ser*, em que ele utiliza a estrutura argumentativa de Melisso, somos capazes de identificar nuances de significado realizando paralelos com o *Poema* de

Parmênides e os fragmentos de Zenão. Assim, sustentarei uma compreensão ampliada do pensamento de Górgias a partir de paralelos com textos que, sendo anteriores ou contemporâneos à sua atividade, debatem temas sobre os quais Górgias também se posiciona. Mais especificamente, apresentarei como Górgias identifica tanto no fragmento 8 de Melisso quanto no *Dissoi Logoi* a ideia de que demonstrações envolvendo opostos são suficientes para o reconhecimento de uma verdade expressa nessas demonstrações, de modo a desafiar tal ideia na *Defesa de Palamedes*.

Palavras-chave: Método. Pesquisa. Górgias. Melisso. *Dissoi Logoi*.

Bibliografia

BRÉMOND, M. Méliossos, Gorgias et Platon dans la première hypothese du Parménide. *Revue de Philosophie Ancienne*, v. 27, n. 1, pp. 61-99, 2019.

COELHO, M. C. M. N. Dispositivi dimostrativi utilizzati in tre modelli di difesa: Ippolito, Palamede e Socrate. In: DE LUISE, F; STAVRU, A. (Org.). *Socratica III Studies on Socrates, the Socratics, and the Ancient Socratic Literature*. Sankt Augustin: Academia Verlag, 2013, pp. 213-220.

CONSTANTINIDOU, S. *Logos into Mythos: The Case of Grogias' Encomium of Helen*. Athens: Institut du Livre, 2008.

DIÈLS, H; KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Berlin: Weidemann, 1959.

SCHIAPPA, E. *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale University Press, 1999.

Platão “mau-caráter”: a terceira polêmica anti-platônica no *Deipnosophistae* de Ateneu

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9003698478598671>

juliaznovaes@gmail.com

112

Dentre os cerca de mil autores citados por Ateneu de Naucrátis em seu *Deipnosophistae*, Platão é certamente um dos interlocutores-chave, na medida em que não só ocupa um lugar privilegiado na abertura (I.1f-2b) e no fecho da obra (XV.702b-c), como é citado ao longo de todo o texto – seja como alguém que deu opinião em algum dado assunto ou que usa dada palavra em dado contexto, seja como objeto de riso em algum fragmento cômico citado, seja como alvo direto de polêmica por algum dos personagens.

A apresentação aqui proposta não visa examinar o *Deipnosophistae* por si, e sim enquanto um paratexto interessante aos estudos platônicos, justamente por configurar um exemplo eloquente, simultaneamente, da recepção da forma dialógica platônica como modelo literário e, por outro lado, da recepção crítica do platonismo por parte de antigos que não eram filósofos, inaugurada pelos próprios autores cômicos contemporâneos a Platão. Este é um anti-platonismo original que muitas vezes passa ao largo de platonistas e historiadores da filosofia contemporâneos.

Em específico, será discutida a terceira das três polêmicas anti-platônicas no texto de Ateneu (V.186d-192b; V.215c-220a; **XI.504e-509e**), transmitida pelo conviva Ponciano, personagem de pouca projeção que é, curiosamente, um filósofo. Enquanto a primeira polêmica se concentra no *Banquete*, e a segunda, nos anacronismos dos diálogos – e ambas são ditas pelo personagem Masúrio, um jurista-músico –, a terceira dirige variadas acusações contra Platão, tanto como pessoa, sublinhando seu mau-caráter (*kakoetheia*) como autor, amigo e mestre, e, de modo geral, sua hostilidade contra todos; quanto como filósofo, denunciando o caráter pouco prático, irreal e mesmo nocivo da sua filosofia, em especial sua psicologia e sua política.

O que se pretende evidenciar é que, na síntese de sua atitude ambivalente para com Platão, não surpreende que Ateneu se atente, em sua crítica, aos aspectos dramático-estilísticos dos diálogos – não só às inverossimilhanças e anacronismos da prosa mimética, mas em especial a veia jâmbica, cômica e satírica do filósofo: com efeito, a mordacidade invectiva de Platão ocupa um terço da polêmica traduzida. Semelhantes ponderações podem ser entrevistas em autores mais ou menos contemporâneos a Ateneu, notadamente Élio Aristides, orador da Segunda Sofística, e Luciano de Samósata, escritor de diálogos satíricos. No entanto, foi apenas nas últimas décadas que os estudos platônicos se voltaram com interesse filosófico para o complexo diálogo de apropriação e paródia que Platão mantém, sobretudo, com os poetas cômicos de sua época e da de Sócrates, em especial Aristófanes.

Palavras-chave: Ateneu. Platão. Anti-platonismo. Diálogo. Sofistas.

Bibliografia

ATENEU. *The Learned Banqueters*. Books 10.420e-11. Tradução inglesa de S. Douglas Olson. Cambridge, MA; London: Harvard University Press (Loeb Classical Library), 2009.

DÜRING, I. *Herodicus the Crateteian: a study in anti-Platonic tradition*. Abingdon: Routledge, 2018.

FARMER, M. Playing the philosopher: Plato in fourth-century comedy. *The American Journal of Philology*, v. 138, n. 1, pp. 1-41, 2017.

ROMERI, L. Les citations de Platon chez Athénée. In: LENFANT, D. *Athénée et les fragments d'historiens*. Actes du colloque de Strasbourg (16-18 juin 2005). Paris: De Boccard, 2007, pp. 341-354.

TRAPP, M. Plato in the *Deipnosophistae*. In: BRAUND, D.; WILKINS, J. (eds). *Athenaeus and his world*. Reading Greek Culture in the Roman Empire. Exeter: University of Exeter Press, 2000. Capítulo 26, p. 353-363.

Platão entre poesia e estética

Robson Soares Cabral de Oliveira

Doutorando em Filosofia na UERJ

Bolsista da FAPERJ

<http://lattes.cnpq.br/1042962503595502>

oliveira.robson@posgraduacao.uerj.br

114

Platão trata de poesia em diversos lugares de sua obra e segundo aspectos completamente distintos, mas, sem sombra de dúvidas, é na *República* que nós encontraremos aquilo que ficou marcado na história como sendo a posição platônica sobre o assunto. A crítica à poesia iniciada nos livros II e III e consumada no livro X dessa obra constitui a imagem platônica sobre poesia e deixa para a posteridade a infâmia de sua expulsão da cidade ideal. Sobre esse episódio, bibliotecas estão abarrotadas. Muito se discute a respeito da validade e da extensão de tal crítica. E tentativas não faltam de eufemizar, senão ignorar, as duras palavras empregadas por Platão nesse momento. Platão, que nunca se furtou de empregar os recursos poéticos e literários, como poderia ele condenar aquilo que ele mesmo faz?! Perguntam-se.

O fato, no entanto, é que ele o faz, e com muita clareza, ainda que não em um tratado de poesia, mas em uma conjuntura especulativa sobre educação moral e política como meios para o bem viver. E, *nessa conjuntura, caso aceitemos* as proposições apresentadas no diálogo, é inevitável concordarmos com a conclusão de que a poesia é nociva e engendra uma má constituição na alma e na cidade.

Porém, independentemente do valor atribuído à poesia no contexto da crítica, Platão nos deixa elementos que vão constituir uma conceituação da poesia em três níveis: no nível de uma teoria literária, no de uma filosofia da arte e no de uma teoria estética. Nos livros II e III, para discutir as diferentes influências da obra literária no processo de educação moral, Platão conceitua a estrutura fundamental da poesia enquanto literatura: ela é narrativa (*diégesis*) de ações no tempo. Já no livro X, uma vez distinguida nos livros IV, VI e VII a sua psicologia e a sua concepção dos graus de realidade, Platão conceitua a poesia nos outros dois níveis: do ponto de vista de sua natureza ela é imitação (*mimesis*) e, portanto, imagem (*eidolon*); do ponto de vista de seus efeitos na alma humana, ela é

estético-patética, é uma produção sensível que se realiza na identificação emocional (*sumpátheia*) da alma com relação às ações apresentadas. Sua natureza imitativo-imagética e seus efeitos acústicos despertam a ilusão dramática das ações narradas, produzem crença e afloram as emoções do humano frente o humano.

A questão que fica para nós, então, é que, se levamos a sério a crítica à poesia operada na *República*, veremos que ela se fundamenta na compreensão platônica da nocividade dos efeitos da poesia para a educação moral e política tal como ele a concebe. Mas ao realizar sua crítica, Platão conceitua o funcionamento da poesia no humano, e o faz reconhecendo a sua natureza estética, ainda que ele a julgue negativamente com relação a seus projetos.

Palavras-chave: Platão. Poesia. Estética. Literatura. *Diégesis*. *Mimesis*.

Bibliografia

PLATO; ADAM, J. (ed.). *The Republic of Plato*. Volume 1: books I-V. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. *The Republic of Plato*. Volume 2: books VI-X and indexes. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PLATO; MURRAY, P. (ed.). *Plato on Poetry*. Ion; Republic 376e-398b9; Republic 595-608b10. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PLATO; RIJKSBARON, A. (ed.). *Ion Or: On the Iliad*. Amsterdam Studies in Classical Philology, 14. Leiden and Boston: Brill, 2007.

PLATO; SLINGS, S. R. (ed.). *Platonis Rempvblicam*. New York: Oxford University Press, 2003.

OS PARADIGMAS DA VISÃO E DA AUDIÇÃO NO *PRIMEIRO ALCIBÍADES* DE PLATÃO

João Ulisses de Sousa Viturino

Mestrando em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/2571895780161129>

julisses.v@gmail.com

116

O presente trabalho objetiva demonstrar os paradigmas da visão e da audição como elementos da dialógica erótica para a ação Socrática, como explicitados nos passos 133a-134a. Tais elementos perpetuam as condições em torno da educação erótica, firmada nos papéis entre *erastés* e *erómenos*, enquanto condições de desenvolvimento dos argumentos acerca do cuidado de si e do conhecimento de si. visto que a *paiderastia* consistia na formação moral da cidade e dos homens, sobre esta convenção era necessário investir que as relações conviviais entre *erastés* e *erómenos* perpetuasse o *ethos* público.

Tendo essas condições em vista, argumentar-se-ia que no *Primeiro Alcibiades* os paradigmas da visão e da audição correspondem enquanto engrenagens para a relação erótico-dialógica, sobretudo a audição enquanto uma condição para a dialógica. Ao acompanharmos Sócrates repreender as ações de Alcibiades durante a conversação, demonstrando novamente quais são as suas necessidades em ocupar-se consigo mesmo e a importância de tal cuidado para a sua ocupação política. Nota-se que as relações entre visão e audição estão aproximadas aos cuidados da alma, isto porque Sócrates em 122b demonstra que somente aqueles que estão apaixonados podem ocupar-se da educação do *erómenos*, sendo assim espera-se demonstrar que é a partir da relação homoerótica que seria possível apreender a cuidar de si mesmo e de sua alma, ao entrar e estar em contato com outra alma bela.

Portanto, para o desenvolvimento do trabalho, nos apoiamos nas condições da produção e da recepção dos discursos na antiguidade grega, tomando como hipótese as questões levantadas por J. Svembro (1993) de que nos períodos arcaico e clássico a performance dos discursos (inclusive textos escritos) segue as posições da *paiderastia*, podemos inferir que a dialogicidade preconizada no *Alcibiades* institui um rearranjo

dessas posições. De fato, associados a Sócrates-erastés e a Alcibíades-erómenos, os papéis de perguntador e de respondente estão atrelados à relação homoerótica, objeto do diálogo.

Palavras-chave: Erótica. Dialógica. Primeiro Alcibíades. Platão. Discurso.

Bibliografia

PLATON. *Alcibiade*. Traduction de Chantal Marboeuf et Jean-François Pradeau. Paris: Flammarion, 1999.

PLATÃO. *Alcibíades I ou Conhece-te a ti mesmo*. Tradução, apresentação, guia de leitura e notas de Celso Vieira; introdução de Julia Annas. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2022.

SOULEZ, A. Le paradigme de la vision de soi-même dans l'Alcibiade majeur. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 79, p. 196-222, 1974.

SPINELLI, M. As relações conviviais dos gregos: Éros e o Erastes das relações cívicas e afetuosas. *Pricípios: Revista de Filosofia*, Natal, n. 40, v. 23, p. 215-260, 2016.

SVENBRO, J. *Phrasikleia: An Anthropology of Reading in Ancient Greece*. Translated by Janet Lloyd. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

O debate acerca do livro V d'A *República* de Platão

Maria Clara de Almeida dos Santos

Mestranda em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9394360416948679>

mariaclara.uerjfilosofia@gmail.com

118

A comunicação tem por objetivo apresentar os argumentos que permeiam o livro V da obra *A República* de Platão, tendo como recorte específico a passagem da chamada primeira onda compreendida nos passos 449a até 457a. Buscando evidenciar e destrinchar os problemas levantados em cada tese apresentada, do argumento dos cães de guarda, implementado a necessidade de uma educação em comum entre homens e mulheres e a defesa de uma mesma natureza para ambos os sexos, como um critério de distinção. Partindo da afirmativa de Sócrates que é 'evidente' que uma cidade descrita sob os termos da comunidade de mulheres e filhos será a mais feliz, entender quais são as razões fornecidas por ele para que isso seja defendido dessa forma.

Trazer as vozes de outros autores e estudiosos especialistas em Platão para enriquecer o debate e fomentar outras perspectivas sobre um mesmo assunto, a saber: o papel das mulheres na cidade ideal e, principalmente, seu ingresso na classe dos guardiões. Percorrer passo a passo da construção argumentativa que atesta a participação das mulheres nas mesmas tarefas e funções que os homens.

Entender em que medida Platão foi um progressista por defender uma igualdade de tratamento das mulheres em relação aos homens ou se ele permaneceu como um típico filósofo do seu tempo (Período Clássico século IV a. C), reforçando estereótipos de gênero. Tomar parte de um debate qualificado sobre o assunto buscando evidenciar a raiz dos argumentos e suas implicações para a defesa da *República* que Platão estava criando.

A comunicação, portanto, será dividida conforme o número dos argumentos apresentados na primeira onda do livro V da *República*, explorando minuciosamente cada questão. Para além de procurar entender se Platão foi ou não um filósofo feminista para Antiguidade, a principal motivação da pesquisa busca entender de que forma o livro V da

República é apresentado e qual a relevância dos argumentos que defendem o papel das mulheres na cidade ideal para a completude da obra *A República*.

Palavras- Chave: Platão. *A República*. Livro V. Primeira Onda. Mulheres guardiãs.

Bibliografia

ANNAS, J. Plato's *Republic* and Feminism. *Philosophy*, vol. 51, 197 (Jul., 1976), pp. 307-321. Published by: Cambridge University Press on behalf of Royal Institute of Philosophy.

PLATÃO. *A República*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Texto Grego John Burnet. Belém: Ed. UFPA, 2023.

SANTAS, G. *Understanding Plato's Republic*. Wiley Blackwell, 2010.

Os elementos literários das *Leis* de Platão: uma análise do cenário, dos personagens e das suas ações

Izabella Tavares Simões Estelita

Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da FAPERJ na modalidade Nota 10

<http://lattes.cnpq.br/6039716079685546>

izabellasilmoes@hotmail.com

120

Como é sabido, as obras platônicas possuem uma peculiaridade literária que não deve ser de maneira nenhuma descurada por quem pretende efetuar uma leitura mais consistente e sólida de seu significado. De fato, diferentemente do que acontece com as obras de outros autores da história da filosofia ocidental, as obras platônicas não são tratados filosóficos convencionais, isto é, textos em que as teses e conceitos do autor são expostos de uma forma puramente abstrata, por meio da formulação sistemática de argumentos e doutrinas, mas genuínos diálogos.

Os diálogos são, do ponto de vista formal, composições que pertencem ao gênero dramático (Koyré, 1995, p. 17-21), justamente porque neles a discussão das questões e das ideias se dá por meio de uma *mise-en-scène* teatral, que envolve sempre o recurso a um cenário, a um determinado número de personagens e ao desenvolvimento de uma certa ação. Dada a natureza dramática do texto platônico, percebe-se então facilmente como esse texto não pode ser lido da mesma maneira como se lê uma obra como a *Política* de Aristóteles, por exemplo, ou a *Ética* de Spinoza. Pelo contrário, a natureza dramática do texto platônico exige que os argumentos e teses que nele são elaborados sejam compreendidos conjuntamente com os seus elementos de caráter literário e teatral (cenário, personagens e ação).

Temos aí um procedimento metodológico que é hoje reconhecido por muitos comentadores como uma manobra interpretativa essencial para se alcançar um entendimento mais consistente do significado dos textos de Platão. De fato, na perspectiva hermenêutica de vários estudiosos contemporâneos, considera-se que a compreensão do ensinamento filosófico (ou do conteúdo) dos diálogos platônicos é inseparável da análise

da forma literária através da qual esse ensinamento é transmitido (cf. Hyland, 1995, p. 1-12; Scolnicov, 2003 e Oliveira 2011, p. 64-68).

Pois bem, é esse tipo de abordagem que procuraremos aplicar em nossa apresentação sobre as *Leis*, explorando os componentes especificamente dramáticos dessa obra. Acreditamos que, tal como ocorre em outras obras platônicas, esses componentes dramáticos das *Leis* não são um mero adorno literário do trabalho, que poderia ser posto de lado no desenvolvimento da análise e interpretação de seu significado filosófico. Pelo contrário, em nossa perspectiva, os elementos literários das *Leis* possuem uma importância decisiva na constituição do ensinamento que esse diálogo pretende no fim das contas transmitir, evidenciando de forma exemplar como forma e conteúdo se combinam em um texto platônico.

Bibliografia

BURY, R. G. *Plato. The Laws*. 2 vols. Translation. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1961 [1926]. (Loeb Classical Library).

HYLAND, D. A. *Finitude and Transcendence in the Platonic Dialogues*. Albany: State University of New York, 1995.

KOYRÉ, A. *Introduction à la lecture de Platon*. Suivi de entretiens sur Descartes. Paris: Gallimard, 1995 [1962]. (NRF Essais).

OLIVEIRA, R. R. *Demiurgia política: as relações entre a razão e a cidade nas Leis de Platão*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. (Coleção Filosofia).

SCOLNICOV, S. Como ler um diálogo platônico. *Hypnos*, São Paulo, v. 11, pp. 49-59, 2003

A ambiguidade do estatuto feminino nas *Leis* de Platão

Luciana Valesca Fabião Chachá

Doutoranda em Filosofia no PPGLM da UFRJ

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3129197323099370>

tudesmaria@yahoo.com.br

122

O objetivo da nossa comunicação é discutir a posição platônica acerca da natureza das mulheres apresentada nas *Leis*. O cerne do tratamento acerca da questão dos gêneros se encontra nos passos 804 d a 806 c, em que o Ateniense, personagem principal do último diálogo platônico, considera que homens e mulheres devem ter a mesma educação, inclusive a prática de exercícios militares para ambos os gêneros. A justificativa para tal medida é bastante pragmática. Na visão do Ateniense, a cidade que só se utiliza do contingente e força masculinos não age racionalmente (805 a2), pois só usa metade da sua força.

Todavia, nas alíneas 805 c7-d1, ele assevera que o gênero feminino deve partilhar com o masculino a educação e tudo mais na medida do possível. Ora, isso significa que as mulheres não desempenharão as mesmas atividades que os homens e isso parece ser corroborado pela passagem 785 b2-9 em que há a previsão restritiva à participação feminina no exército. Ainda mais grave parece ser a controversa passagem 781 a2-b4, em que há a afirmação de que as mulheres não seriam capazes de se tornarem moralmente excelentes como os homens.

A partir de um outro viés interpretativo, pretende-se propor uma nova visão da passagem 781 a2-b4, em que a aparente inferioridade feminina ocorre em razão de fatores socioculturais e, por conseguinte, elas poderiam, ao menos conforme essa passagem, ter a mesma excelência moral do que os homens.

Dado esse contexto, nossa comunicação tem por fim analisar as passagens 805 c7-d1 e 781 a2-b4 de modo a tentar aclarar um pouco a ambiguidade presente no texto, ou seja, de que as menções a uma suposta inferioridade feminina têm cunho sociológico e puramente físico, mas não se refere à sua essência, embora haja uma estranha distinção com relação às atividades desempenhadas na cidade.

Palavras-chave: *Leis*. Platão. Ética. Política. Mulher.

Bibliografia

BOBONICH, C. *Plato's Utopia Recast. His later Ethics and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BRISSON, L.; PRADEAU, J.-F. *As Leis de Platão*. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

EIDE, T. Including the Women in Plato's Laws. A Note on Book 6, 781 a-b. *Symbolae Osloenses: Norwegian Journal of Greek and Latin Studies*, 77:1, pp. 106-109.

PLATÃO. *Leis e Epínomis*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 1980.

_____. *As Leis incluindo Epínomis*. Tradução: Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2010.

PLATO. *Laws, Books I-VI*. Translation by R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1926.

_____. *Laws, Books VII-XII*. Translation by R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1926.

SAMARAS, T. *Family and the question of women in the Laws*. In: BOBONICH, C. (ed). *Plato's Laws. A Critical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 172-196.

Escravidão nas *Leis* de Platão: Um diálogo com Homero

Rhuan Quissak Felix

Doutorando em Filosofia na USP

<http://lattes.cnpq.br/3040034387823272>

rhuan.qf@usp.br

124

A escravidão é um tema que não é abordado com muitos detalhes em Platão (Haddad, 2015). Em sua última e mais extensa obra, *Leis*, as passagens que temos sobre o assunto demonstram que o filósofo ora se distancia ou se aproxima da compreensão socialmente estabelecida em sua época. De acordo com Morrow (1993), quando Platão, nas *Leis*, se separa das práticas atenienses de seu tempo, é quase sempre na direção de fortalecer a instituição e enfatizar a distinção entre homens livres e escravos. Contudo, a afirmação de Stalley (1983) de que o Ateniense claramente não considera e também não demonstra a mínima preocupação com considerações humanitárias sobre escravidão precisa ser investigada com mais detalhes, pois ao criticar certas condutas violentas dos senhores sobre os escravos e enfatizar a importância de não os agredir fisicamente, o Ateniense não estaria dando um passo importante?

Essa questão será analisada a partir de uma referência feita à Homero sobre a escravidão (*Leis*, 776e-777a). O poeta parece ajudar o Ateniense a encontrar a “justa medida” (*δίκαιο μέτρο*) na maneira de tratar os escravos. As pessoas não devem ser muito dóceis (*πολύ ήπιες*), nem muito rígidas (*πολύ αυστηρές*) com eles. Contudo, devemos enfatizar que essa medida proposta pelo Ateniense, talvez ainda por influência de Homero, valoriza mais a rigidez do que a docilidade.

O Ateniense, assim como o poeta, sabe que, ainda que haja exceções, a sua cidade terá dificuldade com a maioria dos escravos pois “é óbvio que o animal humano é uma posse difícil” (*Leis*, 777b). Por esse motivo, o Ateniense propõe algumas medidas de segurança: uma delas é que sejam dóceis, para isso, é melhor que venham de diferentes países e falem línguas diferentes (*Leis*, 777c). Isso prevenirá a cidade contra casos de revolta e rebelião por parte dos escravos. Outra medida consiste em dar-lhes tratamento adequado “não apenas para o bem deles, mas ainda mais para o nosso próprio bem.” (*Leis*,

777d). Em seguida, afirma que não se deve criar laços de intimidade com eles, caso contrário, seria muito difícil puni-los com justiça (*Leis*, 778a).

Com isso, nos parece que se Homero influenciou o Ateniense, em alguma medida, com relação a rigidez e o fortalecimento da instituição da escravidão, ele também o fez com relação ao fato de que haverá sempre escravos bons e fiéis como Eumeu, o “divino porcarinho” (*Odiss.* XIV, 48).

Palavras-chave: Escravidão. *Leis*. Platão. Homero.

Bibliografia

HADDAD, Alice Bitencourt. Vlastos e a Escravidão em Platão. *Revista Classica*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, pp. 93-103, 2015.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MORROW, G. *Plato's Cretan City. A historical interpretation of the Laws*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PLATO. *The Laws of Plato*. Translated, with Notes and a Interpretative Essay, by: Thomas L. Pangle. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

STALLEY, R. F. *An Introduction to Plato's Laws*. Oxford: Blackwell, 1983.

A *dynamis* e a instauração ontológica no Sofista de Platão

Josias Israel Ferreira Alves

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

<http://lattes.cnpq.br/6693293208967305>

josiasisrael54@gmail.com

126

Esta apresentação faz parte da minha pesquisa de doutorado e pretende abordar um dos pontos principais dessa atual pesquisa. Pretendo apresentar o importante papel que a nova definição de ser como *dynamis*, apresentada no Sofista (247e), desempenha na nova ontologia exposta no diálogo.

Antes dessa passagem, no entanto, o Estrangeiro de Eleia empreende uma investigação que visa colocar sob exame as principais teses ontológicas daquela época. Essas teses apresentadas pelo Estrangeiro são reunidas por grupos caracterizados, em um primeiro momento, pelo número de princípios admitidos - pluralistas e unitaristas (242c-245d) - e, em um segundo momento, pela natureza desses princípios – “materialistas” e “amigos das formas”, passagem conhecida como *gigantomaquia* (246a-249b). Ao longo da investigação, cada uma das teses ontológicas apresenta uma série de contradições, que levam o Estrangeiro e Teeteto a proporem uma nova concepção de ser, a saber, a de que ser é uma *dynamis* de agir (*poein*) e sofrer (*paschein*).

A noção de ser como *dynamis* aparece, pela primeira vez (247e), no exame das teses materialistas sobre o ser, tal sugestão surge a partir da dificuldade dos materialistas de admitirem que coisas incorpóreas tem ser. Ao examinar a doutrina dos amigos das formas, o Estrangeiro também sugere a mesma noção de *dynamis* para este grupo (248c). Eles, no entanto, parecem não querer admitir tal noção, pois ao fazê-lo estarão concedendo que ser tem relação com o devir.

Nesse sentido, pode-se perguntar: para a apresentação da concepção de ser como *dynamis*, que papel desempenham as aporias identificadas a partir do confronto entre as teses acerca do ser defendidas pelos amigos das formas e pelos materialistas? Acredito que a resposta para tal questão passa fundamentalmente pelo destaque da importância que

essa nova concepção de ser como *dynamis* possui na instauração da ontologia dos gêneros supremos (*mega gene*) a ser feita posteriormente no *Sofista*.

Palavras-chave: Dynamis. Ser. Ontologia. Devir.

Bibliografia

PLATÃO. *O Sofista*. Tradução: Henrique Murachco, Juvino Maia Junior e José Trindade Santos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011.

PLATON. *Le Sophiste*. Tradução, introdução e notas: Nestor-Luis Cordero. Paris: GF Flammarion, 1993.

SELIGMAN, P. *Being and Not-being – an introduction to Plato's Sophist*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.

SOUILHÉ, J. *Etudes sur le terme ΔYNAMΙΣ dans le dialogues de Platon*, Felix Alcan, Paris, 1919.

SOUZA, E. C. *Discurso e Ontologia em Platão: um estudo sobre o Sofista*. Edições Unijuí, Rio Grande do Sul, 2009.

A gramática do vir-a-ser no livro I da *Física* de Aristóteles

Aldrin Pardellas de Carvalho

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da CAPES

lattes.cnpq.br/0129393431594335

aldrin@aluno.puc-rio.br

128

No livro I de sua *Física*, Aristóteles pretende estabelecer uma teoria dos princípios da natureza. Depois de expor os preceitos metodológicos a serem seguidos no decorrer da investigação (capítulo 1) e de avaliar a doutrina de seus predecessores (capítulos 2-5), Aristóteles constrói positivamente sua visão a respeito do assunto (capítulos 6-8). Parte fundamental de seu argumento é a análise, levada a cabo sobretudo no capítulo 7, do modo como descrevemos o fenômeno da mudança por meio da linguagem.

A fórmula geral adotada por Aristóteles para descrever a mudança é a seguinte: "X vem-a-ser Y" ($X \gamma\acute{\iota}\gamma\nu\epsilon\sigma\theta\alpha\iota Y$), sendo X e Y dois nominativos, e "[algo] vem-a-ser a partir de Z" ($\acute{\epsilon}\kappa Z \gamma\acute{\iota}\gamma\nu\epsilon\sigma\theta\alpha\iota$), sendo Z um genitivo. O exemplo central do capítulo é o de um homem que, sendo inicialmente não músico, vem-a-ser músico. A análise das possíveis maneiras de expressar o processo pelo qual o homem não músico vem-a-ser um homem músico levam Aristóteles a distinguir, no interior da substância sensível, algo que permanece e algo que não permanece ao longo da mudança.

Baseado nessa distinção fundamental, Aristóteles opera algumas distinções relevantes para sua ontologia: ele reconhece aí, respectivamente, um substrato ($\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\epsilon\acute{\iota}\mu\epsilon\nu\omicron\nu$) e uma forma ($\acute{\epsilon}\acute{\iota}\delta\omicron\varsigma$) e, posteriormente (capítulo 8), é levado a se expressar em termos de o que uma coisa é "por si" ($\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\omicron$) e o que ela é "por acidente" ($\kappa\alpha\tau\grave{\alpha} \sigma\upsilon\mu\beta\epsilon\beta\eta\kappa\omicron\varsigma$). Além disso, também como condição da mudança, faz-se necessário reconhecer um estado inicial de privação ($\sigma\tau\acute{\epsilon}\rho\eta\sigma\iota\varsigma$) ou ausência daquela característica - ou forma -- que virá a ser adquirida no processo, de modo que o não-ser é readmitido, porém de maneira qualificada, na estrutura fundamental do movimento.

Tendo em vista a relevância dessa análise linguística, o objetivo desta comunicação é apresentar a maneira pela qual Aristóteles, no contexto do livro I de sua *Física*, deriva esses importantes conceitos de sua filosofia do modo como descrevemos o

fenômeno da mudança. Para tanto, a apresentação será dividida em duas partes: (1) uma exposição contextualizada do capítulo 7 de *Física I* e (2) uma sumarização das conclusões obtidas até o momento no decorrer da minha pesquisa.

Palavras-chave: Aristóteles. Física. Movimento. Vir-a-ser. Linguagem.

Bibliografia

BOSTOCK, D. *Space, Time, Matter and Form. Essays on Aristotle's Physics*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

GILL, M. L. *Aristotle on Substance. The Paradox of Unity*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

QUARANTOTTO, D. (org). *Aristotle's Physics Book I. A Systematic Exploration*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ROSS, W. D. *Aristotle's Physics. A revised text with introduction and commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1936.

WATERLOW, S. *Nature, Change, and Agency in Aristotle's Physics. A philosophical study*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

O papel da religião na *Política* de Aristóteles

Jefferson da Silva Belarmino

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da John Templeton Foundation (EUA)

<https://lattes.cnpq.br/3905815011524011>

jeffersonbf3@hotmail.com

130

Ao longo da história da humanidade, é possível identificar traços de religiosidade nos mais diversos tipos de povos e culturas, ainda que manifestados em diferentes cantos do planeta e em épocas completamente distintas. Sentindo a necessidade de ultrapassar os limites da realidade material, inúmeros grupos sociais, mesmo que não tenham desenvolvido uma religião propriamente dita, organizando um corpo doutrinário bem estabelecido, manifestaram sua abertura ao divino através de práticas religiosas primordiais, como oferecimento de sacrifícios, confecção de ídolos, organização de festas e elaboração de cantos. É como se todo ser humano compartilhasse de uma vocação universal: a vocação à transcendência.

Dentre esses povos e culturas que manifestaram alguma expressão de religiosidade encontra-se a Grécia Antiga. Apesar das particularidades internas que o conceito de “Grécia Antiga” traz consigo, a mitologia transmitida por autores como Homero e Hesíodo desempenhou, de maneira geral, papel de destaque na formação do imaginário e da cultura do povo grego. Naturalmente, a abertura do ser humano à transcendência, as manifestações religiosas e o papel desempenhado pelos mitos não escapariam ao exame dos filósofos gregos anos depois.

Aristóteles, por exemplo, ao discorrer acerca da natureza e organização da sociedade em sua obra *Política*, afirma ser imprescindível abordar o tema dos serviços religiosos. Trata-se de um tópico que, segundo ele, não deve ser negligenciado, uma vez que, sem tais serviços, a *polis* grega não pode sequer existir (Cf. VI, 8, 1322b 18-29; VII, 8, 1328b 2-13). Contudo, um grande problema pode surgir a partir dessas afirmações feitas pelo Estagirita. Em algumas de suas obras, inclusive na própria *Política*, Aristóteles elabora algumas críticas à religiosidade grega, atacando, por exemplo, o antropomorfismo atribuído aos deuses. A maior dificuldade, porém, surge a partir das afirmações feitas no

livro Λ de sua *Metafísica*. No livro em questão, o filósofo investiga a natureza daquela que seria a substância primeira, o motor imóvel, ao qual refere-se utilizando o termo θεός (“deus”), motivo pelo qual tal livro é considerado referência para a “teologia aristotélica”. A questão é que, para Aristóteles, “deus” não se relaciona com os seres humanos, o que inviabilizaria toda forma de manifestação religiosa. Como entender, então, essa suposta contradição existente nos escritos desse filósofo?

A partir da análise de fontes primárias e de comentários que marcaram o estudo do pensamento aristotélico, o presente trabalho abordará o tema da religião no pensamento de Aristóteles, buscando discutir possíveis soluções para o problema apresentado.

Palavras-chave: Aristóteles. Religião. *Política*. *Metafísica*.

Bibliografia

ARISTOTLE. *Metaphysics*. In: BARNES, J. (ed.). *The Complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. One Volume Digital Edition. Princeton: Princeton University Press, 2014 (A tradução da versão digital em volume único das obras completas de Aristóteles corresponde à tradução padrão da 1. ed. de *The Complete Works of Aristotle*, de 1984).

ARISTOTLE. *Politics*. In: BARNES, J. (ed.). *The Complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. One Volume Digital Edition. Princeton: Princeton University Press, 2014 (A tradução da versão digital em volume único das obras completas de Aristóteles corresponde à tradução padrão da 1. Ed. de *The Complete Works of Aristotle*, de 1984).

REEVE, C. D. C. *Aristotle's Theology*. The Primary Texts. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2022.

SEGEV, M. *Aristotle on Religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

O tempo e as coisas em Aristóteles

Gabriel Moraes Dias de Souza

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/1142180345789241>

moraesdias@gmail.com

132

O objetivo desta comunicação é tocar no problema da passagem do tempo e no problema da passagem das coisas pelo tempo para, assim, explicar como Aristóteles compreende a existência da temporalidade e a temporalidade das coisas que existem.

A justificativa do problema, no caso do tempo, é feita diante da ideia de que “o tempo é a medida do repouso e do movimento” (*Fís.* IV.11, 220b21-22: ὁ δὲ χρόνος κινήσεως καὶ ἡρεμίας μέτρον); a justificativa do problema, no caso das coisas que existem, é feita diante da evidência empírica de que, “cada uma delas, de fato, possui em si mesma um princípio de movimento e de repouso” (*Fís.* II.1, 192b13-14: τούτων μὲν γὰρ ἕκαστον ἐν ἑαυτῷ ἀρχὴν ἔχει κινήσεως καὶ στάσεως).

Seja como for, o movimento – e, por analogia, o repouso – é considerado um dado natural da experiência, “pois há a suposição de que a natureza é princípio de movimento” (*Fís.* VIII.3, 253b6-7: ὑπόθεσις γὰρ ὅτι ἡ φύσις ἀρχὴ τῆς κινήσεως), o que faria do tempo também um tipo de princípio, já que é associado ao movimento e ao repouso.

Quanto à metodologia utilizada na abordagem do problema da passagem do tempo e das coisas, as orientações seguidas ligam-se aos estudos físicos e metafísicos de Aristóteles, encontrados em obras como *Física*, *Metafísica* e *De Anima*. Com isso, diante da alternativa de que as coisas estejam ou em movimento ou em repouso, resta a Aristóteles o indício empírico de que o tempo e as coisas participem da conjunção entre movimento e repouso como princípio necessário na natureza aparente.

Por fim, como parte principal do resultado da pesquisa sobre o problema da passagem do tempo e das coisas há a suposição de que o tempo manifeste, em torno da tensão entre o movimento e o repouso, um duplo modo de se realizar, sem depender das coisas que nele existem.

Palavras-chave: Aristóteles. Física. Metafísica. Tempo. Movimento.

Bibliografia

ARISTOTELES. *Opera ex recensione*. Vol. I-II et Index Aristotelicus: Hermann Bonitz. Berolini: Academia Regia Borussica, s/d.

_____. *De Anima*. Tradução: Maria Cecília Gomes dos Reis, São Paulo: Ed. 34, 2012.

_____. *Física*. Traducción: Guillermo R. de Echandía, Madrid: Gredos, 1995.

_____. *Metafísica*. Tradução: Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THEMISTII. *Aristotelis Physica Paraphrasis*. Vol. V, Pars II. Berolini: Typs et Imprensis Georgii Reimeri Espengeli, 1900.

A Primeira Apropriação estoica (*proton oikeion*): aspectos relativos à percepção de si e autopreservação.

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva

Doutorando em Filosofia na PUC-Rio

<http://lattes.cnpq.br/2697734106646667>

bfcemls@hotmail.com

134

O objetivo da nossa comunicação é apresentar os desdobramentos relativos a alguns aspectos bem delimitados sobre o momento inicial do processo de *apropriação* (*oikeiosis*), descrito em fontes do estoicismo antigo. Para tanto, pretendemos esboçar um esquema geral da *apropriação* estoica e então selecionar três pontos específicos: a percepção de si, o impulso de autopreservação e o conseqüente amor-próprio. Para concluir, entendemos que alguns princípios alcançados nesses primeiros momentos da vida animal e infantil serão importantes para caracterizar a moralidade em adultos racionais.

Consideramos conveniente avaliar esse tema partindo da chave de leitura de que a *oikeiosis* se trata de um processo ‘fiscalista’ que visa explicar o surgimento da nossa moralidade e da nossa relação com os outros. Assim como é constantemente abordada nas fontes de que dispomos como uma doutrina que explicaria o *telos* da vida humana. Desse modo, os estoicos trabalham com descrições sobre como esses aspectos humanos/animais surgiram ao longo do desenvolvimento dos seres. No que se segue, buscaremos descrever a chamada *proton oikeion* (primeira apropriação) a partir dos tópicos seguintes: 1) percepção de si; 2) consciência dessa percepção; 3) surgimento do impulso de autopreservação; 4) o amor-próprio e aspectos de continuidade com o restante do processo de *apropriação* em adultos racionais.

Em Sêneca, nós temos uma série de respostas às acusações de inconsistência da doutrina da *oikeiosis*. A maioria delas explora a possibilidade de os estoicos exagerarem quanto à sofisticação da autopercepção atribuída aos animais e crianças no primeiro momento de *apropriação*. O mesmo teor de enfoque na autopercepção pode ser encontrado em Hiérocles, quem dedica boa parte do seu tratado em descrever – com diversos exemplos – como os animais parecem demonstrar realmente um nível reflexivo

de autopercepção. Alguns comentadores acreditam que esse enfoque se dê por conta de um diálogo contra os acadêmicos da época. Seja por isso ou não, o fato é que encontramos nesses relatos que nos restaram uma longa discussão sobre a *proton oikeion*, útil para compreendermos esse primeiro momento da apropriação. Tratando de suas complexidades em 3 pontos: 1) autopercepção e reflexividade; 2) Impulso de autopreservação e amor-próprio; e 3) princípios de moralidade.

Palavras-chave: Ética. *Oikeiosis*. Estoicismo. Percepção.

Bibliografia

AOIZ, J. Οικειωσις y la percepción de sí. In: VIGO, A.; OLMS, G. (Ed.). *Oikeiosis and The Natural Basis of Morality. From Classical Stoicism to Modern Philosophy*. Verlag: Hildesheim, 2012.

CICERO. *De Finibus. Bonorum Et Malorum*. Transl. H. Rackham. Harvard: Loeb Classical Library, 1914.

HIEROCLES; RAMELLI, I. *Elements of Ethics, Fragments, and Excerpts*. Transl. David Konstan. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.

SEGURADO E CAMPOS, J. A. *Cartas a Lucílio, Lúcio Aneu Séneca*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

KLEIN, J. *The Stoic Argument from Oikeiōsis*. *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 50, 2016, pp. 143-200.

Nenhuma parte deste material pode ser utilizada ou reproduzida
– em qualquer meio ou forma, seja digital, fotocópia, gravação
etc. – nem apropriada ou estocada em banco de dados, sem a
autorização dos autores e editoras desta publicação.